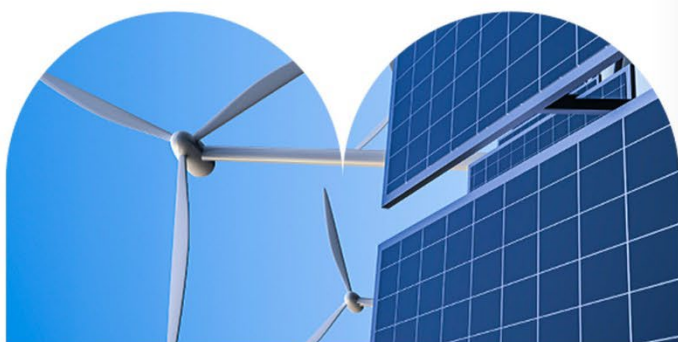




PROJETO PARA O **BRASIL** **2050**

Segurança
para investir.
Estabilidade
para crescer.

PROJETO PARA O

BRASIL

2050

Segurança
para investir.
Estabilidade
para crescer.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Antonio Ricardo Alvarez Alban

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Josue Christiano Gomes da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Jose Ricardo Montenegro Cavalcante

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Jamal Jorge Bittar

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Antonio Carlos da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gilberto Porcello Petry

VICE-PRESIDENTES

Eduardo Eugenio Gouvea Vieira

Mario Cezar de Aguiar

Carlos Valter Martins Pedro

Ricardo Essinger

Flavio Roscoe Nogueira

Silvio Cezar Pereira Rangel

Amaro Sales de Araujo

Marcelo Thome da Silva de Almeida

José Carlos Lyra de Andrade

Sergio Marcolino Longen

Jose Conrado Azevedo Santos

Leonardo Souza Rogerio de Castro

1ª DIRETORA FINANCEIRA

Cristhine Samorini

2º DIRETOR FINANCEIRO

Eduardo Prado de Oliveira

3º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Sandro da Mabel Antonio Scodro

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Edilson Baldez das Neves

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Roberto Magno Martins Pires

DIRETORES

Antonio José de Moraes Souza Filho

Izabel Cristina Ferreira Itikawa

José Adriano Ribeiro Da Silva

Luiz Cesio De Souza Caetano Alves

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Roberto Pinto Serquiz Elias

José Henrique Nunes Barreto

Paulo Afonso Ferreira

Gilberto Ribeiro

Jandir Jose Milan

Gilberto Seleme

Alessandro Jose Rios De Carvalho

Jorge Wicks Corte Real

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

Edson Luiz Campagnolo

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Hilton Moraes Lima

Fernando Cirino Gurgel

José da Silva Nogueira Filho

SUPLENTES

Clerlanio Fernandes de Holanda

Francisco de Sales Alencar

Edmilson Matos Candido

PROJETO PARA O

BRASIL

2050

Segurança
para investir.
Estabilidade
para crescer.

© 2026. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Diretoria de Relações Institucionais

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C748p

Confederação Nacional da Indústria.

Projeto para o Brasil 2050 : segurança para investir : estabilidade para crescer /
Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2026.

60 p. : il.

I. Pacto Brasil 2. Metas Fiscais 3. Políticas Estruturantes I. Título.

CDU: 338.2

Elaborado por Alberto Nemoto Yamaguti - Bibliotecário - CRB-1/2396

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra I – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

SAC

Serviço de Atendimento ao Cliente

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br

PROJETO PARA O BRASIL 2050: SEGURANÇA PARA INVESTIR. ESTABILIDADE PARA CRESCER.

FORTALECIMENTO DO EQUILÍBRIO FISCAL

1. REDUÇÃO DE DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL11
2. AUMENTO DE RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL13
3. CONDIÇÕES PARA A REDUÇÃO DOS JUROS REAIS15

FORTALECIMENTO DE VANTAGENS COMPETITIVAS

4. PROMOÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DO FUTURO17
5. FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESCARBONIZAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS18
6. PROMOÇÃO DE MODELOS FINANCEIROS PARA ESTIMULAR A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL19
7. PROMOVER A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA INDÚSTRIA.....20
8. APROVEITAMENTO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA.....21
9. INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-INDÚSTRIA22
10. PROMOVER PROGRAMA DE RENOVAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA NA INDÚSTRIA (PRDTI)23
11. INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE BIOENERGIA PARA CAPITALIZAR VOCAÇÕES REGIONAIS.....24

FOMENTO A NOVOS POTENCIAIS

12. DESENVOLVIMENTO DE IA E INFRAESTRUTURA DE DATA CENTERS.....25
13. ESTABELECIMENTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)26
14. PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR26
15. PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA INDÚSTRIA27
16. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA28
17. COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS PARA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E TRANSPORTE AÉREO29

PROMOÇÃO DE VIABILIZADORES ESTRATÉGICOS

18. MITIGAÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS QUE AFETAM EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....31
19. ACESSO A MERCADOS32
20. PROMOÇÃO COMERCIAL32
21. IMPLEMENTAR PROGRAMA MASSIVO DE LETRAMENTO DIGITAL.....33
22. PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE RESILIÊNCIA.....34

23. FUNDO GARANTIDOR PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	34
24. TORNAR LEI A POLÍTICA INDUSTRIAL, SUA GOVERNANÇA E INSTRUMENTOS	35
25. APRIMORAR O SISTEMA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA IMPULSIONAR A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	36
26. PROMOVER TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA À EXECUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO	38
27. FOMENTO A PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	39
28. INCENTIVAR A DESCARBONIZAÇÃO DE PROCESSOS INDUSTRIAIS ELETRIFICÁVEIS	40
29. MODERNIZAR A LEI DO BEM	41
30. SIMPLIFICAR E DESBUROCRATIZAR ACESSO A INCENTIVOS COM FOCO NA INDÚSTRIA	41
31. PROMOVER DIVULGAÇÃO TEMPESTIVA DE INCENTIVOS À INDÚSTRIA	42

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

32. PROMOÇÃO COMERCIAL	44
33. DESBUROCRATIZAÇÃO E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	45
34. SIMPLIFICAÇÃO DO USO DOS REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS	45
35. MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR	46
36. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE COMERCIO EXTERIOR	46
37. FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE DEFESA COMERCIAL	47
38. PROMOVER A CONCORRÊNCIA JUSTA COM COMBATE AO BRASIL ILEGAL	47
39. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	48
40. APOIO À REFORMA ADMINISTRATIVA	50
41. FORTALECIMENTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	50
42. FOMENTO A ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE CARBONO PELAS EMPRESAS	52
43. PROMOÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA	52
44. APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO MENOR APRENDIZ ..	54
45. CONTINUIDADE DA MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO	56
46. HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	57
47. CONTINUAR COM O PROCESSO DE REVISÃO E MODERNIZAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORES (NRS) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)	58
48. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	59
49. RELAÇÕES INTERNACIONAIS - INSERÇÃO COMPETITIVA E DIPLOMACIA ECONÔMICA	60
50. REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA	61

A man wearing a white hard hat and a yellow safety vest is looking down at a laptop he is holding. He is in an industrial setting, possibly a factory or a construction site, with various metal structures and equipment visible in the background. The lighting is somewhat dim, with some bright spots from industrial lights.

Projeto para o Brasil 2050: Segurança para investir. Estabilidade para crescer.

Sem um direcionamento claro que una os setores público e privado, o país corre o risco de perder os ganhos recentes e mergulhar novamente em um cenário de instabilidade e baixo crescimento. É nesse contexto que surge a proposta de um “pacto nacional” que envolva todos os Poderes, os empresários e os trabalhadores. Em essência, trata-se de criar um consenso em torno de metas fiscais e de políticas econômicas estruturantes, garantindo que, enquanto se busca o equilíbrio das contas públicas, haja também estímulos seletivos que assegurem a continuidade dos investimentos e do crescimento.



FORTALECIMENTO DO EQUILÍBRIO FISCAL

As medidas de ajuste fiscal, apresentadas pelo Governo Federal e aprovadas pelo Congresso Nacional no final de 2024, representaram um passo importante na busca pelo equilíbrio das contas públicas. Todavia, essas medidas precisam ser ampliadas para viabilizar a redução da taxa de juros pelo Banco Central.

1. REDUÇÃO DE DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL

A redução das despesas públicas é fundamental para abrir espaço no orçamento federal, de modo que, paulatinamente, sejam assegurados maiores valores em investimentos públicos, variável central para acelerar o crescimento econômico. Para tanto, medidas estruturais de redução de despesas primárias federais devem ser implementadas. A CNI estima que se essas medidas já estivessem em vigência em 2026 poderiam gerar economia adicional de R\$ 38,3 bilhões, em 2026, e R\$ 47,1 bilhões, em 2027.

PROPOSTAS:

1. Desvincular o valor de benefícios sociais do salário-mínimo (SM):
 - Desvincular o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do SM (R\$ 1.621,00, a partir de janeiro de 2026), corrigindo seu valor pela inflação. Adicionalmente, estabelecer que os novos beneficiários do BPC recebam valor equivalente ao Bolsa Família (R\$ 600,00, atualmente). Assim, o programa continuaria funcionando como uma renda mínima e passaria a incentivar a contribuição previdenciária daqueles que têm perspectiva de receber 1 SM;
 - Desvincular o Abono Salarial do SM, corrigindo seu valor pela inflação;
 - Desvincular o Seguro-Desemprego do SM, corrigindo seu valor pela inflação.
2. Aperfeiçoar o mecanismo de correção do salário-mínimo (SM), por meio da inclusão de um fator de correção na regra do SM que esteja relacionado ao resultado primário do Governo Federal. Dessa forma, o alcance de superávits primários mais robustos será incentivado, uma vez que isso garantirá que o crescimento real do salário-mínimo seja o maior possível. Com a mudança proposta, a parcela real (acima da inflação) da correção do salário-mínimo será multiplicada por um fator de correção, que irá variar de acordo com o resultado primário do governo federal, conforme detalha a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Fator de correção do salário-mínimo conforme resultado primário

Crescimento real do SM	Resultado primário do Governo Federal no ano anterior (% do PIB)	Fator de correção
0,6% a 2,5%	abaixo de 0,0%	0,1
	de 0,0% a 0,5%	0,2
	de 0,51% a 1,0%	0,4
	de 1,01% a 1,5%	0,6
	de 1,51% a 2,0%	0,8
	acima de 2,0%	1,0

Elaboração: CNI

Nota: Com isso, em uma situação em que o país registre déficit primário, mas a regra de correção permita crescimento real de 2,5%, será aplicado o fator de correção de 0,1 sobre essa taxa, resultando em crescimento real de 0,25% do SM. Já em uma situação em que houvesse superávit primário de 1,0% do PIB e a regra de correção permitisse crescimento real de 2,5%, o fator de correção seria 0,4, resultando em crescimento real de 1,0%.

3. Aperfeiçoar as regras para as despesas com saúde e educação:

- Estabelecer que os gastos mínimos com saúde e educação estejam em conformidade com o crescimento das despesas primárias no âmbito do Novo Arcabouço Fiscal (ou seja, as despesas com saúde e educação continuam a equivaler a um percentual fixo da receita, mas só poderão crescer até os limites definidos pelo Novo Arcabouço Fiscal para as despesas primárias); e
- Determinar que pelo menos 50% do complemento da União para o Fundeb seja computado no valor mínimo requerido de despesas com educação (em vez do atual limite de 30%) e estabelecer que o crescimento no valor da complementação a cada ano não ultrapasse os limites do Novo Arcabouço Fiscal para as despesas primárias.

A seguir, são apresentadas, na Tabela 2, as estimativas de potencial redução de despesas do Governo Federal relacionadas a cada uma das propostas.

Tabela 2 – Potencial de impacto anual de redução das despesas federais com a adoção das medidas propostas (R\$ bilhões)

Medidas	2026	2027
I. Revisão de benefícios sociais	8,0	12,6
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	6,7	10,0
i) desvincular do salário-mínimo	2,9	6,1
ii) novos entrantes recebem equivalente ao Bolsa Família (R\$ 600)	3,8	4,0
Abono Salarial (desvincular do salário-mínimo)	0,8	1,6
Seguro-Desemprego (desvincular do salário-mínimo)	0,5	1,0

Medidas	2026	2027
2. Aprimoramento do mecanismo de correção do salário-mínimo	9,6	19,9
3. Aprimoramento nas regras das despesas com saúde e educação	20,7	14,6
Crescimento dentro do limite do Novo Arcabouço Fiscal*	8,0	1,0
Pelo menos 50% do Fundeb contabilizado no mínimo com educação e crescimento das despesas com o Fundeb sujeito ao limite do Novo Arcabouço Fiscal	12,7	13,6
TOTAL	38,3	47,1

Fonte: CNI, Tesouro Nacional e Movimento Pessoas à Frente

*Efeitos passam a ser mais significativos no médio prazo

2. AUMENTO DE RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL

Dentro do contexto do pacto nacional pelo equilíbrio fiscal e outras medidas econômicas que assegurem o crescimento econômico, é fundamental que o aumento da arrecadação federal seja restrito a medidas que busquem maior isonomia tributária, ao cobrar de contribuintes que não recolhem tributos ou recolhem aquém do que deveriam. Não se deve onerar ainda mais quem já suporta a elevada carga tributária atual. Além disso, é possível reabrir programas de regularização de ativos no exterior ou antecipação de tributação sobre ganhos de capital com imóveis que já foram utilizados com grande sucesso.

PROPOSTAS:

1. Aperfeiçoar o Remessa Conforme – aumentar alíquota do Imposto de Importação no âmbito do Remessa Conforme, de 20% para 40%. O aumento da alíquota é essencial para garantir maior isonomia tributária entre os produtos nacionais e os importados.
2. Aperfeiçoar a tributação das empresas de tecnologia (Techs) – implementar um sistema de retenção do IRRF incidente sobre transações digitais realizadas diretamente entre empresa fornecedora de serviços digitais situada no exterior e pessoa física localizada no Brasil, resultando em cobrança da mesma retenção de IR aplicável sobre transações digitais realizadas entre pessoas jurídicas.
3. Limitar a dedução de despesas com Saúde no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) – instituir teto de R\$ 24 mil por ano para a dedução de despesas com saúde no IRPF, pois, atualmente, a dedução de despesas com saúde implica em elevado valor de renúncia tributária, da ordem de R\$ 29 bilhões por ano.
4. Reativar o programa de atualização do valor de imóveis, possibilitando que contribuintes possam optar até 31 de dezembro de 2026 pela atualização e pagamento do imposto devido, observadas as mesmas regras estabelecidas pela Lei 14.973/2024. A reativação do programa é importante porque o prazo para a adesão em 2024 foi muito curto (menos de 3 meses), impedindo que diversos contribuintes interessados na medida pudessem se planejar para fazer a adesão.

5. Reativar o RERCT-Geral (programa de regularização de ativos mantidos no Brasil ou no exterior), observadas as regras estabelecidas pela Lei 14.973/2024, estendendo sua aplicação aos ativos adquiridos até 31 de dezembro de 2025 e permitindo que contribuintes possam aderir ao programa até 31 de dezembro de 2026. A reativação do programa é importante porque o prazo para a adesão em 2024 foi muito curto (menos de 3 meses), impedindo que diversos contribuintes interessados na medida pudessem se planejar para fazer a adesão.
6. Instituir a tributação seletiva sobre as apostas virtuais (*Cide-Bets*): contribuição que incidirá sobre as apostas realizadas em plataformas virtuais, com alíquota de 15% aplicada no momento de cada aposta, com o objetivo de desestimular o hábito de apostar ao aumentar seu custo imediato.
7. Regular o mercado cigarros eletrônicos, que poderá gerar R\$ 13,7 bilhões em arrecadação tributária, além de criar 114 mil empregos formais e R\$ 2,2 bilhões em massa salarial ao longo da cadeia produtiva. Aprovar o PL 5008/2023 que propõe a regulamentação da produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda de cigarros eletrônicos. Para além da regulamentação desse mercado, o Governo deverá intensificar as ações de fiscalização em fronteiras para coibir o fluxo de contrabando de mercadorias.

A seguir, são apresentadas, na Tabela 3, as estimativas de potencial aumento de arrecadação do Governo Federal relacionadas a cada uma das propostas, sendo que parte dessa arrecadação é compartilhada com estados e municípios nos casos que envolvem o Imposto de Renda (*Techs*).

Tabela 3 – Potencial de aumento das receitas federais com a adoção das medidas propostas (R\$ bilhões)

Medidas	2026	2027
1. Remessa Conforme: aumento do Imposto de Importação, de 20% para 40%	1,4	1,4
2. Aperfeiçoamento da tributação das empresas de tecnologia sediadas no exterior (<i>Techs</i>)	4,2	4,2
3. Limitar a dedução de despesas com Saúde no Imposto de Renda Pessoa Física	4,0	4,0
4. Reativação do programa de atualização do valor de bens imóveis	1,0	
5. Reativação do programa de regularização de ativos no Brasil ou no exterior	2,0	
6. <i>Cide-Bets</i> (Imposto Seletivo)	8,5	8,5
TOTAL	21,1	18,1

Fonte: CNI, a partir de dados da Receita Federal do Brasil e Consultoria de Orçamento do Senado Federal

3. CONDIÇÕES PARA A REDUÇÃO DOS JUROS REAIS

O Brasil tem uma das maiores taxas de juros reais do mundo, o que compromete sobremaneira o desenvolvimento econômico do país, pois, ao encarecer o crédito, os juros elevados inviabilizam investimentos e desestimulam o consumo. Em outubro de 2025, considerando apenas as concessões de crédito com recursos livres, a taxa de juros média cobrada das empresas foi de 25,2% a.a., enquanto a taxa média cobrada dos consumidores foi de 58,7% a.a. Nesse contexto, é fundamental atacar as causas estruturais que elevam o *spread* bancário, que se constitui na maior parte do custo final do crédito pago por famílias e empresas, indo além da taxa de juros básica (Selic). O *spread* é composto por fatores como inadimplência, custos de captação, custos administrativos, tributos e a margem financeira dos bancos.

PROPOSTAS:

1. Criar condições para a redução da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, com o fortalecimento do equilíbrio fiscal e da sustentabilidade da relação Dívida/PIB e a preservação da independência, inclusive administrativa, do Banco Central.
2. Aprimorar e fortalecer os instrumentos de recuperação de créditos inadimplidos (reduzir custos associados à inadimplência/perdas).
3. Ampliar e diversificar os mecanismos de garantias exigidas dos contratantes de crédito, incluindo os produtos inovadores, como o consignado privado e a duplicata escritural.
4. Viabilizar o uso do PIX como garantia para empréstimos (medida análoga ao que já ocorre com recebíveis de cartão de crédito. Regulamentação: Resolução Conjunta CMN/BCB e Regulamento do PIX).
5. Manter o cronograma de implementação das duplicatas escriturais, cuja primeira etapa (produção assistida) deve ocorrer no primeiro trimestre de 2026. A obrigatoriedade de uso das duplicatas escriturais será escalonada, iniciando com as grandes empresas e em seguida alcançando as companhias de médio e pequeno porte.
6. Promover a manutenção e o reforço institucional dos fundos garantidores de risco de crédito para as MPE's. (Os fundos garantidores não só aceleram a liquidez e a recuperação de perdas dos bancos, mas, principalmente, possibilitam o capital necessário para o investimento e o crescimento dos pequenos negócios, fomentando a economia e a criação de empregos).
7. Reduzir a assimetria de informações por meio da disponibilização de acesso a bases de dados públicas às instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, por meio de plataforma e com autorização de compartilhamento pelos cidadãos (a ampliação do acesso de dados públicos, como a CIN, Biometria, TSE, Receita Federal, E-CAC etc.) por instituições que realizam operações de crédito, reduz a assimetria de informações entre essas instituições sobre o tomador, possibilitando melhores condições de avaliação de risco de crédito).

8. Viabilizar medidas para a redução dos custos administrativos, financeiros e tributários.
9. Apoiar e intensificar a prevenção e combate às fraudes, com adoção de novos processos, registros e adoção de tecnologia e inteligência para a redução dos custos administrativos/operacionais incidentes sobre o *spread* bancário.
10. Apoiar a aprovação do PL nº 2.926/2023, que dispõe sobre a Lei das Infraestruturas do Mercado Financeiro. (Texto aprovado na Câmara dos Deputados e encontra-se na CAE do Senado Federal – 02/12/25. O PL 2.926/2023 visa aperfeiçoar a legislação das operadoras de infraestrutura do mercado financeiro (IMF) no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). A aprovação desse PL deverá proporcionar maior eficiência, segurança e competitividade em todo o sistema financeiro, resultando em um impacto direto na redução dos custos das transações e operações para as instituições financeiras).
11. Centralizar o registro e uso de ativos financeiros como garantia em operações de crédito, (criação de um ecossistema único para o registro e uso de ativos financeiros, como garantias, com o objetivo de facilitar e simplificar a utilização desses ativos em operações de crédito.
12. Utilizar o instrumento de depósitos compulsórios no Banco Central como complemento ao uso da Taxa de Juros Selic pela política monetária. A elevação dos depósitos compulsórios reduz a capacidade de oferta de crédito pelo sistema financeiro e permite que o Banco Central busque o controle da inflação com Taxa de Juros Selic mais baixa, o que reduz o custo do serviço da dívida pública.
13. Determinar que aplicações financeiras sejam enquadradas como depósitos à vista nos primeiros 15 dias. Dessa forma, não haveria remuneração pela Taxa de Juros Selic dos depósitos compulsórios relacionados a essas aplicações. Adicionalmente, permitir que tais depósitos compulsórios possam ser liberados para financiamentos e investimentos no setor produtivo. Dessa forma, tais recursos iriam financiar a ampliação da oferta na economia e não seriam destinados a financiamento de consumo imediato.

FORTALECIMENTO DE VANTAGENS COMPETITIVAS

4. PROMOÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DO FUTURO

O Brasil, com sua robusta capacidade de produção e infraestrutura avançada de biocombustíveis, está estrategicamente posicionado para liderar essa agenda. A vantagem competitiva do país pode ser fortalecida para consolidar sua posição de liderança como um dos principais produtores e exportadores de biocombustíveis sustentáveis.

PROPOSTAS:

1. Promoção pelo setor público de regulações para incentivar a produção e comercialização de novas tecnologias que favoreçam o uso de combustíveis sustentáveis, em especial o uso de biocombustíveis na bomba, além de:
 - Avançar na análise metodológica do ciclo vida para promover a mobilidade sustentável de baixo carbono e a integração entre os Programas RenovaBio, Mover, PBEV e Proconve;
 - Implementar os Programas Nacionais de Combustível Sustentável de Aviação (PROBIOQAV), de Diesel Verde (PNDV) e de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano.
2. Tornar transparente e prever a participação permanente de representantes de agentes privados no Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro (CTP-CF), estabelecido pela Resolução CNPE nº 12/2024 as discussões e definições do Conselho Nacional de Política Energética;
3. Promoção de investimentos para expandir capacidade produtiva dos combustíveis sustentáveis;
4. Promoção de investimentos em P&D, incluindo a atração de investimentos estrangeiros em áreas complementares estratégicas.
5. Promoção de técnicas de aumento de produtividade e diversificação de matéria-prima.

6. Promoção de acordos de cooperação técnica com países parceiros e agências internacionais, para ampliar o acesso a financiamento externo e o processo de transferência de tecnologias:
 - Colaborações estratégicas entre Brasil e outras nações;
 - Reforço da diplomacia empresarial bilateral;
 - Esforço de *advocacy*.

5. FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESCARBONIZAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS

No contexto da descarbonização de cadeias produtivas, o Brasil possui uma vantagem competitiva graças à sua matriz energética altamente renovável, que o posiciona como um potencial fornecedor global de produtos sustentáveis. Essa vantagem é particularmente relevante em setores difíceis de descarbonizar, como ferro e aço, químicos e petroquímicos, e cimento. Contudo, para consolidar essa posição, é imprescindível intensificar os esforços na descarbonização dessas cadeias produtivas.

PROPOSTAS:

1. Consolidação e implementação do plano setorial de mitigação dos setores econômicos no âmbito do plano clima:
 - Fomento à sustentabilidade em todos os elos da cadeia produtiva, inclusive da indústria, transporte e energia;
 - Implementação de políticas que priorizem projetos de descarbonização em cadeias integradas.
 - Implementação de políticas de eletrificação da cadeia produtiva.
2. Ampliação de captação de capital privado e incentivos de financiamento para a transição industrial.
3. Acelerar a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), com a participação do setor industrial no processo de normatização e regulação.
4. Estímulo ao reaproveitamento energético, e ao uso de insumos e energéticos de baixo carbono na indústria, como eletricidade renovável, carvão vegetal sustentável, hidrogênio de baixo carbono e biocombustíveis (biomassa, metanol, etanol, biometano, etc.), materiais reciclados e sucata.
5. Promoção do Brasil como fornecedor e estímulo à demanda por produtos de baixo carbono.
6. Fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação (PD&I) e capacitação profissional.

7. Viabilizar o uso de tecnologias para garantir a rastreabilidade da produção e a verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade, facilitando o acesso a linhas de crédito.

6. PROMOÇÃO DE MODELOS FINANCEIROS PARA ESTIMULAR A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo e pode alavancar a agricultura sustentável para aumentar seus índices de produtividade e se manter como um dos principais exportadores agrícolas. Todavia, há ainda um longo processo a ser percorrido nacionalmente para que a agricultura sustentável seja praticada em larga escala no país e de forma efetiva.

PROPOSTAS:

1. Promoção de investimentos em agricultura sustentável, por meio do uso de capital catalítico, para acelerar a transição e fomentar investimentos privados.
2. Promoção de investimentos privados em agricultura sustentável, por meio de recursos orçamentários estruturados na política agrícola.
3. Promoção pelo setor público de regulações e incentivos que apoiem o setor.
4. Fomento de apoio técnico aos produtores.
5. Fortalecimento das ferramentas de gestão de risco agropecuário, tais como o seguro rural.
6. Fomento a investimentos em estruturas de armazenagem e agregação de valor nas cadeias de produção.
7. Fomento a iniciativas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para exploração do potencial de biodiversidade, a produção de biofertilizante e uma agricultura ambientalmente sustentável.

7. PROMOVER A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA INDÚSTRIA

A reconfiguração global rumo à descarbonização está acelerando mudanças profundas nas cadeias produtivas, nos padrões de comércio e nos fluxos de investimento. Grandes economias já estão se direcionando para políticas industriais verdes, que oferecem subsídios, impõem padrões ambientais mais rígidos e favorecem tecnologias de baixa emissão em seus mercados internos. A tendência em termos de competitividade global é de um número progressivamente maior de indústrias capazes de reduzir emissões, operar com energia limpa e inovar em produtos sustentáveis. Nesse contexto, o Brasil se vê diante da necessidade de se inserir competitivamente nesse contexto global. Se por um lado, esse processo exige desafios em termos de regulações e alto volume de recursos, por outro, o país possui condições únicas para se posicionar como fornecedor global de soluções verdes, como uma matriz energética predominantemente limpa, biomassa abundante, reservas de minerais críticos e estratégicos, e uma das maiores biodiversidades do planeta. Assim, a transição ecológica deixa de ser apenas uma demanda interna e torna-se resposta estratégica à transformação do sistema produtivo mundial.

PROPOSTAS:

1. Estimular o mapeamento, beneficiamento, e, principalmente, o processamento de minerais críticos e estratégicos, de forma a gerar valor agregado para essa cadeia produtiva e aumentar sua oferta para a produção de tecnologias limpas.
2. Gerar linhas de financiamento com foco no Capex para criação de ambientes nacionais de certificação e homologação de baterias.
3. Fomentar a demanda por baterias elétricas no país, a partir, por exemplo, da instalação de corredores elétricos sustentáveis em vias públicas e rodovias no Brasil e de linhas de financiamento para aquisição de ônibus elétricos nacionais com conteúdo nacional em suas baterias.
4. Promover leilões de reserva de capacidade para sistemas de armazenamento de energia.
5. Fomentar o desenvolvimento custo-competitivo de novas fontes de energia renovável, como o hidrogênio de baixa emissão de carbono e o Combustível Sustentável de Aviação (SAF).
6. Mapear oportunidades para financiamento e fortalecimento de projetos de Captura, Uso e Armazenamento de CO₂ (CCUS).
7. Canalizar os royalties e impostos gerados pela mineração para investimentos estratégicos (via fundos ou bancos de desenvolvimento) que habilitem o novo paradigma tecno-econômico (o digital e o verde), focando em P&D em ciência dos materiais, formação de capital humano (engenheiros, químicos) e infraestrutura digital e energética (redes inteligentes).
8. Aumentar a oferta custo-competitiva de gás natural no Brasil como um combustível de transição.

9. Estimular a atração de indústrias intensivas em energia ou que buscam a descarbonização para o Brasil (*powershoring*), a partir do fortalecimento da segurança jurídica, do alinhamento entre a política energética e industrial, expansão da oferta de energia limpa e custo-competitiva, e da pesquisa e desenvolvimento em nichos da bioeconomia e energia sustentável.
10. Promover o alinhamento entre as diversas políticas de descarbonização e transição ecológica nacionais – Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, a Estratégia Nacional de Descarbonização da Indústria (ENDI) e os objetivos da Nova Indústria Brasil, integrando instrumentos como o Mercado Regulado de Carbono, a Taxonomia Sustentável e o Selo Verde, além de políticas de conversão de áreas degradadas, para promover a coerência e complementaridade entre elas.

8. APROVEITAMENTO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

A biodiversidade brasileira representa uma grande vantagem competitiva para o país, com potencial de gerar produtos de alto valor agregado e soluções que o mundo não possui em setores estratégicos como fármacos, biotecnologia e energia. Mas o Brasil enfrenta um paradoxo crítico: apesar de possuir vastos recursos naturais e um grande contingente de pesquisadores, o país luta para converter esse potencial em inovação industrial e produtividade econômica. É preciso enfrentar os entraves burocráticos e a carência de investimentos nessa área, a fim de garantir velocidade na pesquisa, avanços em inovação e ganhos de competitividade.

PROPOSTAS:

1. Executar uma estratégia dupla, de identificação de tecnologias estabelecidas cujo domínio é necessário para reduzir a dependência externa e, ao mesmo tempo, apostar em projetos de alto risco em áreas de vantagem única.
2. Fomentar projetos de inovação radical, de longo prazo e alto impacto, que articulem governo, empresas e universidades para atender demandas da sociedade, como o desenvolvimento de medicamentos para o SUS.
3. Desburocratizar e desonerar a importação de insumos para pesquisa científica, a fim dar mais celeridade aos processos de inovação e reduzir os desperdícios decorridos da lentidão para o desembaraço aduaneiro, tornado assim o Brasil mais competitivo em ciência e inovação.
4. Investir na expansão de bancos de moléculas e plataformas de screening, assim como no treinamento de inteligência artificial com dados exclusivos da biodiversidade brasileira.
5. Alinhar a formação acadêmica com as necessidades da indústria, criando talentos multidisciplinares com foco em negócios e mercado.

6. Financiar a translação da pesquisa científica em medicamentos em desenvolvimento clínico, incluindo a transição de plantas piloto para a escala pré-comercial, a fim de levar tecnologias ao mercado.
7. Incentivar o desenvolvimento da cadeia de desenvolvimento pré-clínico e clínico no Brasil, incluindo CROs, CDMOs e centros clínicos certificados internacionalmente para o desenvolvimento de inovação radical em saúde que leve à produção nacional de fármacos.
8. Utilizar os recursos das cláusulas de PD&I obrigatório da ANP para sanar desafios críticos de infraestrutura, incentivar pesquisas com biomassa e reduzir custos para escalar tecnologias como hidrogênio verde e Combustível Sustentável de Aviação (SAF), de modo a aproveitar o potencial do país em energias renováveis e descarbonização.

9. INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-INDÚSTRIA

A produção de gado tem um impacto significativo nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), devido à fermentação de metano no rebanho bovino, o que faz da pecuária a atividade econômica mais emissora do Brasil. O país tem condições de promover um processo de circularidade, investindo na diminuição da fermentação entérica a partir do confinamento do gado, aproveitamento de resíduos animais e geração de bioenergia.

PROPOSTAS:

1. Promover estudos sobre o potencial das diferentes regiões e lavouras do país, como de milho e cana, assim como dos melhores modelos de negócios, para viabilizar a integração econômica da produção agrícola com a pecuária e indústria.
2. Financiar projetos orientados à integração dessas atividades, a fim de favorecer a geração de energia renovável e a descarbonização.

10. PROMOVER PROGRAMA DE RENOVAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA NA INDÚSTRIA (PRDTI)

A proposta de criação do PRDTI nasce para combater a senilidade do parque fabril brasileiro, cuja idade média das máquinas supera 14 anos, contra 5 anos médios na Alemanha. Enquanto houve forte expansão da atividade agropecuária no Brasil nos últimos 20 anos, com a produtividade do campo crescendo 3.3% a.a., houve queda na produtividade da indústria no mesmo período (-0,2%). O diagnóstico é de que há uma assimetria relevante entre o financiamento da produção agropecuária (via Plano Safra, previsível, com crescimento progressivo nos financiamentos incentivados) e da produção industrial, que não contou com política semelhante ao Plano Safra nos últimos 20 anos. O PRDTI entra como uma alavanca que supre parte desse *gap*, ao propor uma política que promova a adoção de tecnologia pela indústria brasileira a partir do subsídio às taxas de juros, com foco principal em MPMEs, deep techs e projetos de *scale-up*. A premissa da proposta é que, ao financiar os juros, o Estado promove mecanismo de *de-risking* e equalização, tornando o Valor Presente Líquido (VPL) associado a compra de uma máquina positivo, viabilizando a expansão do CapEx de difusão tecnológica. Além disso, o PRDTI prevê reserva de recursos que atuarão como fundo garantidor, viabilizando empréstimos para MPMEs que não possuem garantias reais para ofertar ao mercado de crédito.

PROPOSTAS:

1. Reorientar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT, ou outro fundo congênere), e utilizar parte de seus recursos para subsidiar o *spread* ou a taxa base dos financiamentos de CapEx tecnológico.
2. Aportar recursos do FNDIT (ou outro fundo congênere) em Fundos Garantidores (novos ou existentes, como o FGI-PEAC) que impulsionem garantias para MPMEs
3. Estruturar piloto de 2 anos, com *checkpoints* semestrais:
 - Fase I (3 meses) – estruturação financeira e normativa;
 - Fase 2 (6 a 24 meses) – operação focada no aumento da aquisição de máquinas e tecnologia; KPI: indicador de alavancagem de capital privado por real público subsidiado; número de projetos financiados. Ajustar programa com base em seu desempenho;
 - Foco – priorizar a aquisição de soluções tecnológicas que aumentem a competitividade potencial (Indústria 4.0, digitalização, eficiência energética, dentre outros).

11. INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE BIOENERGIA PARA CAPITALIZAR VOCAÇÕES REGIONAIS

O Brasil possui a maior densidade de biomassa do planeta, mas desperdiça boa parte desse potencial energético devido a sua biomassa ter baixa densidade energética, e associado a isso alto custo de transporte. Portanto, faz pouco sentido econômico transportar bagaço, dejetos ou resíduos por longas distâncias, até que sejam convertidos em bioenergia. Esse fenômeno reduz a capacidade do Brasil em reduzir sua dependência de combustíveis fósseis, além de tornar um potencial ativo, a biomassa, em um custo derivado da necessidade de gerir resíduos. Buscando capitalizar a oportunidade de transformar passivos em ativos, propõe-se o Programa BioCircula Brasil, que valoriza a biomassa regional e promove a circularidade energética. Para tanto, o Programa deverá incentivar a transformação dos resíduos de cada bioma/região em ativo energético local (eletricidade, biometano, biocombustíveis), criando cadeias de valor curtas, circulares, e mais resilientes à volatilidade global dos combustíveis fósseis.

PROPOSTAS:

1. Estruturar corredores verdes de biometano na região Sul, financiando biodigestores em cooperativas de suínos, aves e outros, e promovendo a utilização do energético em frotas locais.
2. Incentivar o uso de biocombustíveis como substituto do diesel fóssil em sistemas isolados (foco principal na região Norte – utilizar biomassas locais, como resíduos florestais sustentáveis).
3. Incentivar a instalação de biorrefinarias de milho e soja, principalmente no Centro-Oeste, para que operem em ciclo fechado (produção de etanol/biodiesel, geração de energia elétrica própria e conversão de resíduos em ração animal e biofertilizantes).
4. Incentivar a hibridização de parques eólicos do Nordeste com usinas/biorrefinarias de biomassa ou produção de H2 sustentável.
5. Destravar licenciamento ambiental para plantas de recuperação energética de lixo em regiões metropolitanas.

FOMENTO A NOVOS POTENCIAIS

12. DESENVOLVIMENTO DE IA E INFRAESTRUTURA DE DATA CENTERS

No contexto brasileiro, o país tem a possibilidade de fomentar inovação e produtividade nacional com o uso da IA de maneira sustentável. Sua matriz elétrica limpa garante o fornecimento de energia necessária para instalação de *data centers*, atendendo tanto a demanda interna quanto parte da demanda externa, caso o país aproveite o seu potencial posicionamento estratégico como importante exportador de capacidades de infraestrutura de *data centers*.

PROPOSTAS:

1. Desenvolvimento de talentos e habilidades digitais, tanto direcionados para IA como para *data centers*, por meio de:
 - Fomento ao letramento digital da população, capacitando-a para o uso inclusivo de IA;
 - Fomento à oferta de cursos técnicos especializados para aumentar o número de profissionais qualificados em áreas como programação e *data centers*.
2. Promoção de regulação para uso de IA e para *data centers*.
3. Investimentos em aplicações de IA e em infraestrutura de *data centers*.
4. Promoção pelas empresas da cultura de inovação para incentivar IA.
5. Colaboração internacional para definição de padrões internacionais em comum ou interoperáveis para o setor de IA.
6. Desenvolvimento de ecossistemas de inovação em IA.
7. Apoio a iniciativas de digitalização de sistemas logísticos e de transporte para aumentar a eficiência operacional, como o uso de big data e inteligência artificial para otimização de rotas.
8. Fomento pelo poder público de políticas para desenvolvimento do setor de *data centers*.
 - Garantir a segurança e a flexibilidade do fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, com a contratação de reserva de potência, para atender as novas cargas (*data centers*).

13. ESTABELECIMENTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

Para a indústria, o principal valor do mercado de carbono vai além da redução das emissões nacionais. Esse instrumento é visto, sobretudo, como uma alavanca para promover inovação tecnológica, modernização dos processos produtivos e aumento da competitividade.

PROPOSTA:

- I. Promoção de regulamentações para garantir uma implementação célere e adequada do SBCE, considerando fatores como:
 - Ampliar a participação da indústria no processo decisório e gestão do SBCE, para além da participação da indústria no Comitê Técnico Consultivo e na Câmara de Assuntos Regulatórios, no âmbito da governança do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE);
 - Sistema robusto de Mensuração, Reporte de Verificação (MRV) das emissões de GEE;
 - Diálogo com o setor privado para garantir a máxima efetividade do mercado regulado a ser implementado.

14. PROMOÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR

No contexto brasileiro, o país avançou ao instituir a Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC) e, para operacionalizar essa agenda, elaborou o Plano Nacional de Economia Circular (2025–2034), que propõem mais de 70 ações distribuídas em cinco eixos para orientar a transição do país rumo ao uso eficiente de recursos e à produção sustentável. A pauta já é uma realidade na indústria: seis em cada dez empresas afirmam adotar práticas de circularidade. Apesar dos avanços, ainda é fundamental ampliar a geração e a disponibilidade de dados para orientar decisões estratégicas e subsidiar políticas públicas, ao mesmo tempo em que se enfrentam desafios importantes, como o financiamento insuficiente, o engajamento limitado dos consumidores e tecnologias ainda economicamente inviáveis. Superar essas barreiras exige uma abordagem integrada que mobilize governo, setor privado e sociedade civil em um esforço conjunto e contínuo.

PROPOSTAS:

- I. Apoiar a aprovação da Política Nacional de Economia Circular, capaz de promover a gestão estratégica dos recursos naturais e criar um ambiente de oportunidade para a circularidade.

2. Assegurar a mensuração e monitoramento da cadeia de reciclagem do país.
3. Garantir a implementação do Plano Nacional de Economia Circular (PNEC), com ações de:
 - Desenvolvimento de indicadores específicos de performance de circularidade por setor e produto, baseado em metodologias harmonizadas, para permitir análises consistentes;
 - Fortalecimento das cadeias de logística reversa, com o objetivo de melhorar os índices de reinserção dos materiais nas cadeias produtivas sem adição de novos custos para o sistema;
 - Estímulo à criação de instrumentos financeiros que apoiem a circularidade;
 - Incentivo da circularidade no processo produtivo, pelo aproveitamento de subprodutos e materiais secundários como substitutos de matérias-primas;
 - Mapeamento de barreiras de políticas públicas existentes com impacto na economia circular e potencial de reciclabilidade dos materiais;

15. PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA INDÚSTRIA

A Indústria 4.0 é cada vez mais vista como solução para o aumento da competitividade e produtividade dos países. Isso está refletido na magnitude dos investimentos em políticas industriais dos países avançados, onde a digitalização dos processos produtivos está no centro dessas iniciativas, como solução para se manterem na liderança. No Brasil, segundo dados mais recentes da PINTEC Semestral Temática de tecnologias digitais, 89% das empresas industriais utilizaram ao menos uma das seguintes tecnologias centrais da indústria 4.0: Análise de *Big Data*, Computação em Nuvem, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Manufatura Aditiva e Robótica. Contudo, o verdadeiro valor da Indústria 4.0 não reside em tecnologias isoladas, mas sim na integração sinérgica de um conjunto de tecnologias digitais para criar ecossistemas de produção inteligentes, conectados e autônomos. Quando observamos o uso de ao menos 3 das tecnologias em conjunto, o percentual cai para 23,5% segundo dados da pesquisa TIC empresas. Somado a isso, pesquisa da CNI de 2021 mostrou que o percentual de adoção cai consideravelmente entre empresas de menor porte. Portanto, a transformação digital da indústria será fundamental para que o país se mantenha competitivo e aumente sua produtividade que caiu 23% em 30 anos segundo dados da FGV.

PROPOSTAS:

1. Ampliação dos recursos do programa Brasil Mais Produtivo para aprofundar os atendimentos.

Já foram identificados gargalos para que empresas consigam crédito para implementação das soluções propostas pelos consultores. A criação de fundo de garantia auxiliaria principalmente empresas de menor porte que têm dificuldade no acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, a implementação de soluções de transformação digital pode ser inviável para empresas sem maior apoio técnico após a apresentação das soluções. Ter um atendimento contínuo até o amadurecimento da empresa no uso das tecnologias é importante para a perenidade dos resultados alcançados.

2. Aprovar a MP 1318/2025 que cria Regime Especial de Tributação para Serviços de *Datacenters* (ReData).

Para além da segurança nacional relacionada aos dados que são atualmente hospedados e/ou processados no exterior, a infraestrutura digital é fundamental para redução de custos de processamento de dados, segurança cibernética, redução da latência, maior velocidade e estabilidade, segurança jurídica etc. O recurso gerado por meio do ReData deve ser realizado de forma coordenada para gerar soluções preferencialmente de baixo custo para tecnologias da indústria 4.0. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimou que fechar o *gap* de infraestrutura digital com os países membros da OCDE levaria a um aumento de 6,5% do PIB e 5,4% da produtividade brasileira.

3. Definição de quadro regulatório para *Dataspace*s.

A economia de dados cresce exponencialmente. A indústria gera dados não-pessoais em larga escala que poderiam ser utilizados, se compartilhados de forma segura, para aumentar a eficiência produtiva, cadeias de suprimento, gestão de processos etc. A definição de um quadro regulatório é fundamental para o avanço desses sistemas, de modo que as empresas se sintam seguras suficiente para participarem. O quadro deve abordar questões de compliance regulatório, garantia da soberania e controle de dados, acesso justo e equilibrado pelos participantes e interoperabilidade e padrões técnicos entre outros.

4. Programa de Capacitação Técnica em tecnologias digitais.

Os dois principais gargalos à adoção de tecnologias digitais, segundo pesquisa da PINTEC e da CNI são relacionados aos altos custos das tecnologias e à falta de qualificação nas empresas e no mercado de trabalho. O alto custo também é relacionado à falta de conhecimento sobre as tecnologias e seus retornos. Definir estratégias de formação e atração pessoal qualificado será fundamental para que empresas ampliem a adoção e extração de valor dessas tecnologias.

16. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

O sistema elétrico brasileiro enfrenta desafios estruturais crescentes. A inserção de fontes intermitentes, como a energia eólica e a fotovoltaica, exige maior flexibilidade operacional das demais fontes, especialmente das hidrelétricas, que possuem limitações devido a longos e imprevisíveis períodos de seca. O aumento da demanda energética, impulsionado pelo crescimento econômico e pela inserção de cargas especiais, como plantas de *data centers*, eleva ainda mais a complexidade de planejamento e operação do sistema elétrico nacional. Os Sistemas de Armazenamento de Energia representam uma solução técnica e economicamente viável para conferir a flexibilidade necessária para a operação do sistema, uma vez que funcionam tanto para aproveitar o pico de produção e posterior despacho em momentos de alta demanda ou baixa geração, quanto como para evitar o corte energético ocasionado pela geração descentralizada excessiva. Para desbloquear o potencial dos sistemas de armazenamento de energia, é urgente a necessidade da adoção de reformas regulatórias e de mercado.

PROPOSTAS:

1. Criar a figura do “agente armazenador” como entidade reconhecida no setor elétrico.
2. Realizar Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), a fim de criar demanda imediata e sinalizar o incentivar investimentos privados e escalonamento industrial.
3. Estruturar um calendário plurianual de leilões, baseado nas necessidades de consumo, o que proporcionaria a previsibilidade necessária para o parque nacional se equipar, além de atrair novos fabricantes, reduzir custos por meio da curva de aprendizado e fomentar a competitividade global do Brasil frente a líderes como a China.

17. COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS PARA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E TRANSPORTE AÉREO

A navegação global responde por cerca de 3% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). A Organização Marítima Internacional (IMO), órgão das Nações Unidas que regulamenta o setor, aprovou medidas vinculativas para a adoção de combustíveis sustentáveis com o objetivo de emissão zero de GEE em 2050. A não adoção de medidas que mitiguem as emissões das embarcações deve resultar em multas, cujo valor deverá ser destinado à promoção de tecnologias sustentáveis para o setor.

A Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) também estabeleceu metas globais para a descarbonização da aviação, que incluem atingir a zero emissão líquida de CO₂ até 2050 e reduzir a intensidade de carbono do combustível em 5% até 2030. Os combustíveis sustentáveis para aviação (SAF) são as respostas mais promissoras para o desafio ambiental.

PROPOSTAS:

1. Adotar medidas que fortaleçam a produção nacional de coprocessados, como o bunker com biocombustíveis de etanol ou Biodiesel e o SAF, agregando valor à produção brasileira de grãos.
2. Distribuir as refinarias de combustíveis sustentáveis utilizando a infraestrutura logística das Rotas Bioceânicas de Integração, que devem conectar os portos do oceano atlântico brasileiro aos portos do oceano pacífico no Chile e no Peru, passando pelo Centro-oeste brasileiro, um dos maiores celeiros de grãos do mundo. Dessa forma, será possível consolidar o Brasil como plataforma estratégica de combustíveis sustentáveis para a navegação e o transporte aéreo global.
3. Implementar medidas para a reestruturação da indústria naval, promovendo o desenvolvimento de tecnologias alinhadas com os novos paradigmas de sustentabilidade, de modo a apoiar a renovação e modernização da frota nacional.

PROMOÇÃO DE VIABILIZADORES ESTRATÉGICOS

18. MITIGAÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS QUE AFETAM EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O crescimento tanto em número e complexidade das medidas restritivas ao comércio global tem impactado negativamente as cadeias globais de valor, gerando ineficiências e maiores custos de produção e dificultando o acesso a mercados. Esse cenário impacta significativamente a competitividade das exportações brasileiras.

PROPOSTAS:

1. Implementar uma estratégia brasileira proativa em resposta às medidas restritivas para superação de barreiras, por meio do diálogo intergovernamental, participação do setor privado, negociação de novos acordos e diplomacia bilateral.
2. Adotar metodologias, regras e taxonomias relacionadas à agenda de sustentabilidade interoperáveis com normas e padrões internacionalmente reconhecidos.
3. No âmbito das empresas, fortalecer o “músculo geopolítico” com:
 - Planejamento estratégico com perspectiva global;
 - Adequação da cadeia de valor;
 - Ampliação das estruturas institucionais e programas de internacionalização de empresas;
 - Alinhamento às regulamentações de sustentabilidade com impacto no comércio.

19. ACESSO A MERCADOS

A ausência de acordos comerciais com mercados estratégicos limita o acesso das empresas brasileiras a oportunidades internacionais. A inclusão de temas modernos, como serviços, investimentos e compras públicas, é essencial para garantir acordos da nova geração. A internalização dos acordos já firmados e a retomada de negociações com parceiros relevantes são passos decisivos. Ampliar a rede de acordos comerciais é “abrir portas” para novos mercados, reduzir barreiras e integrar o Brasil às cadeias globais de valor.

PROPOSTAS:

1. Priorizar a internalização dos acordos Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA , com foco em bens industriais, mitigando entraves políticos e garantindo benefícios para setores estratégicos.
2. Retomar negociações com EUA e Canadá, buscando acordos de nova geração.
3. Expandir acordos regionais com a América Latina e o Caribe, com inclusão de temas, como compras públicas, serviços e investimentos.
4. Fortalecimento do Mercosul e integração regional – incentivar a modernização do Mercosul, tornando-o mais ágil e alinhado com as demandas do comércio global, com vistas à competitividade regional e à atração de investimentos.

20. PROMOÇÃO COMERCIAL

No contexto brasileiro, a inserção internacional das empresas ainda enfrenta desafios significativos. O país possui exportações concentradas em poucos destinos de exportação e vulneráveis às oscilações econômicas globais e às barreiras impostas por outros mercados. Essa dependência reduz a resiliência das firmas e limita seu potencial de crescimento sustentável. Portanto, é fundamental que governo, empresas e entidades de apoio trabalhem em conjunto para ampliar a presença da indústria brasileira no mercado internacional.

PROPOSTAS:

1. Reforçar a articulação institucional entre setor público e privado para aprimorar e ampliar políticas e ações que estimulem a cultura exportadora do Brasil.
2. Aproximar as empresas brasileiras de mercados prioritários, selecionados por seu potencial econômico, complementaridade comercial e pelas oportunidades específicas de investimento que oferecem.
3. Expandir e fortalecer programas de suporte à capacidade exportadora e aos investimentos no exterior, oferecendo capacitação, consultorias, estruturação de operações internacionais, inteligência comercial e participação em missões e rodadas de negócios.

21. IMPLEMENTAR PROGRAMA MASSIVO DE LETRAMENTO DIGITAL

No contexto brasileiro, o desafio de conectividade global é menos expressivo. Contudo, mesmo com acesso à internet, a população apresenta uma baixa taxa de letramento digital. Assim, é essencial discutir como superar esse déficit, tanto por meio do sistema educacional, quanto por mecanismos de educação continuada e soluções de aprendizagem integradas ao ambiente de trabalho.

A Jornada Nacional de Inovação tem ouvido relatos de empresários sobre os desafios relacionados a disponibilidade de quadros aptos para a atuação em soluções da Indústria 4.0. Em estados menos favorecidos do Brasil, o *gap* é até mais profundo, com trabalhadores inaptos a operar, por exemplo, microcomputadores. Com base nesse diagnóstico, propõe-se a instituição do Programa de Inclusão Digital Produtiva, cujo objetivo é promover uma ofensiva estratégica para democratizar a aptidão da população a atuar na Indústria 4.0, reduzindo desigualdades regionais (foco inicial no Nordeste e Norte). O Programa deve mobilizar a infraestrutura física, digital e pedagógica do Sistema S, alavancando ferramentas já existentes na difusão do letramento digital.

PROPOSTAS:

1. Melhoria da conectividade nacional.
2. Melhoria da infraestrutura e formação para implementação do ensino digital.
3. Lançar plataforma mobile com foco em micro-aprendizado (cursos de 5 a 15 minutos) via WhatsApp ou app dedicado, com conteúdo gamificado sobre demandas mais urgentes na Indústria 4.0.
4. Instituir bolsas e bônus financeiros pagos a trabalhadores que concluírem trilhas de certificação digital.
5. Condicionar o acesso a linhas de crédito e subvenção a planos corporativos de letramento digital.
6. Criar programa Jovem Aprendiz Digital, cujo foco seja na difusão de competências digitais no ambiente profissional.
7. Instituir certificação nacional unificada de “Operador 4.0”, criando passaporte de competências que possa ser automaticamente reconhecido pelo setor produtivo.
8. Apoio à inovação e à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da cooperação entre instituições de ensino e o setor privado.
9. Promoção do país como um *hub* estratégico de tecnologia e exportação de serviços digitais, com respeito às regulações setoriais.

22. PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE RESILIÊNCIA

Considerando a recente intensificação do impacto de desastres naturais no Brasil, o tema da resiliência da infraestrutura ganha ainda mais relevância no contexto nacional. Com a perspectiva de aumento de demanda por essas infraestruturas e do investimento por parte do governo e de entidades internacionais nos próximos anos, é fundamental debater como incentivar o desenvolvimento de projetos e desbloquear a capacidade de execução plena pelos municípios.

PROPOSTAS:

1. Simplificação de processos burocráticos para desenvolvimento de novos projetos.
2. Ampliação da exigência de parâmetros de Adaptação & Resiliência (A&R) em concessões.
3. Ampliação da capacidade de execução dos municípios por meio de financiamento do planejamento de projetos e de estratégias de ganho de escala técnica.

23. FUNDO GARANTIDOR PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

A infraestrutura deficiente representa um obstáculo significativo ao crescimento econômico; sem estradas adequadas, sistemas de transporte eficientes e redes de energia confiáveis, o desenvolvimento se torna um sonho distante. Os fundos garantidores atuam como um catalisador, minimizando riscos e atraindo investimentos privados, essenciais para transformar projetos ambiciosos em realidade. Com um suporte financeiro robusto, o Brasil pode não apenas melhorar sua competitividade no cenário global, mas também impulsionar a criação de empregos e a qualidade de vida da população. Portanto, investir em infraestrutura não é apenas necessário; é imperativo para um futuro próspero e sustentável.

PROPOSTAS:

1. Reforçar a transparência e a governança do FGI-BNDES, estabelecendo comitês de supervisão independentes para monitorar e avaliar os investimentos.
2. Permitir que o FGI-BNDES diversifique seus ativos, investindo em setores variados da infraestrutura, como energia renovável, transporte e saneamento, para reduzir riscos e aumentar retornos.
3. Criar incentivos fiscais para investidores que direcionarem recursos ao FGI-BNDES, estimulando a participação do setor privado e atraindo mais capital.

4. Estimular parcerias com o setor privado para co-financiar projetos de infraestrutura, utilizando o FGI-BNDES como uma alavanca para garantir a viabilidade financeira.
5. Priorizar investimentos em projetos que promovam a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, assegurando que os recursos do FDIRS sejam direcionados a iniciativas ambientalmente responsáveis.
6. Oferecer programas de capacitação e suporte técnico para estados e municípios, ajudando-os a estruturar projetos que possam ser financiados pelo FDIRS.
7. Simplificar os processos de aprovação e liberação de recursos do FDIRS, reduzindo a burocracia e permitindo que os projetos avancem mais rapidamente.
8. Implementar um sistema robusto de monitoramento e avaliação dos projetos financiados pelo FDIRS, garantindo que os resultados sejam mensurados e que as lições aprendidas sejam aplicadas em futuras iniciativas.

24. TORNAR LEI A POLÍTICA INDUSTRIAL, SUA GOVERNANÇA E INSTRUMENTOS

Apesar das evidências de importância do setor industrial para o desenvolvimento econômico, o Brasil passou uma década sem uma política industrial explícita. Muitas medidas anteriores foram descontinuadas sem avaliação. Além disso, o ciclo político é uma das principais razões para a descontinuidade das políticas industriais, o que impede efeitos positivos e/ou transformadores no longo prazo. Setores que contam com um marco legal consolidado e abrangente oferecem maiores capacidades institucionais para a suas políticas públicas e maior previsibilidade para investimentos privados de longo prazo. Esse é o caso do setor agrícola, que possui a Lei da Política Agrícola desde 1991. Com a garantia legal de que os governos federais devem propor, a cada ciclo político, uma política industrial, aumentam as chances de resultados mais efetivos para a indústria brasileira. Os avanços decorrentes da Nova Indústria Brasil (NIB), a atual política industrial brasileira, e de outras iniciativas de apoio ao setor, estão sob ameaça devido aos efeitos do ciclo político. Há um risco iminente de que essas medidas sejam interrompidas ou descontinuadas em uma eventual troca de governo.

PROPOSTA:

- I. Aperfeiçoar e aprovar o Projeto de Lei 4.133/2023 sobre a formulação de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

O referido PL, de autoria do deputado Heitor Shuch/PSB, propõe avanços importantes no sentido de garantir perenidade da política industrial. No entanto, pontos como a definição de fontes de recursos para o financiamento dos instrumentos da política industrial, as diretrizes e características de suas instâncias de governança e a designação dos agentes públicos e privados responsáveis por sua implementação deveriam ser incorporados ao projeto.

25. APRIMORAR O SISTEMA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA IMPULSIONAR A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

As compras públicas movimentam cerca de 13% a 15% do PIB brasileiro e poderiam operar como um dos mais poderosos instrumentos de política industrial, inovação e desenvolvimento regional. Apesar de esforços recentes, como a criação da CICS, CIIA-PAC e da proposição da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), o governo poderia ampliar esforços para transformar as compras públicas em um instrumento efetivo de desenvolvimento industrial. O país enfrenta um quadro de fragmentação institucional em torno do tema, baixa previsibilidade da demanda governamental, escassez de fontes informacionais sistematizadas e com inteligência agregada, insegurança jurídica para gestores, limitada coordenação federativa e baixa capacitação para realizar contratações inovativas e sustentáveis. Como resultado, o enorme poder de compra do governo é subutilizado, gerando pouco adensamento produtivo, pouca inovação e baixa articulação com prioridades estratégicas nacionais. Esse conjunto de problemas revela a ausência de um sistema nacional plenamente integrado de compras públicas capaz de transformar o gasto corrente do Estado em instrumento efetivo de transformação produtiva.

PROPOSTAS:

1. Implementação da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP).

Ainda que tenha sido anunciada, a ENCP está em fase construção. Seu lançamento e implementação são necessários para fortalecer as comissões interministeriais voltadas ao tema e estabelecer espaço permanente de diálogo entre representantes do setor público e do setor privado para definição de focos estratégicos de atuação das políticas de compras públicas.

2. Criar o Observatório Nacional de Compras Públicas, que tenha capilaridade nas unidades da Federação.

Com a criação do Observatório, será estabelecido um núcleo permanente de inteligência, responsável por consolidar, qualificar e analisar dados do PNCP, SIGA, SIASG e sistemas estaduais/municipais. Sua função é dupla: orientar o planejamento governamental e oferecer previsibilidade

realista para empresas, especialmente em setores estratégicos (saúde, clima, defesa, digital). É fundamental que o Observatório tenha capilaridade (filiais) nos estados para dar suporte à dimensão local das compras públicas como instrumento de desenvolvimento produtivo.

3. Implantar um programa nacional de capacitação para gestores de Compras Públicas.

Criar uma trilha obrigatória e continuada de formação para pregoeiros, equipes de planejamento, áreas técnicas e unidades de contratação. O programa deve ser estruturado em módulos práticos (especificação técnica, análise de risco, inovação, sustentabilidade, diálogo competitivo, modelagem de contratos), com certificação nacional e apoio de escolas de governo (ENAP, escolas estaduais/municipais) e do Sistema Indústria. Isso aumenta capacidade estatal e reduz assimetria de conhecimento entre órgãos, promovendo o direcionamento das compras para o desenvolvimento industrial nacional.

4. Lançar o programa de desenvolvimento de fornecedores governamentais.

Criar uma iniciativa nacional voltada a preparar empresas, especialmente MPMEs, para fornecer ao governo, com foco em setores estratégicos. O programa deve oferecer qualificação regulatória, apoio à certificação, orientação sobre processos de compra e necessidade de adaptação produtiva. Também pode incluir um “Selo Fornecedor Governamental Nacional” para reduzir custos de transação entre Estado e empresas e priorizar o conteúdo nacional da indústria.

26. PROMOVER TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA À EXECUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO

A Nova Indústria Brasil (NIB), vigente desde 2024, é a primeira política industrial e de inovação em quase uma década a ser implementada no país. Desde seu lançamento, os instrumentos definidos para alcançar seus objetivos e metas foram aprimorados e seu orçamento foi ampliado. Dos iniciais R\$ 300 bilhões para financiar os quatro anos de operação da política, atualmente a NIB conta com cerca de R\$ 640 bilhões, uma marca histórica em termos de disponibilidade de recurso para o desenvolvimento produtivo da indústria brasileira. Instrumentos novos como o financiamento a taxa TR e a Depreciação Acelerada são atrativos e promovem aderência de projetos empresariais aos objetivos da NIB. No entanto, justamente devido a esse novo paradigma do apoio às empresas, surgem desafios ligados ao monitoramento e controle de sua implementação. Com metas ambiciosas (e positivas), crescente volume de recursos e novos tipos de instrumentos de apoio, empresas industriais precisam estar informadas sobre o que lhes é ofertado, como acessar os benefícios e quem está recebendo esses benefícios, garantindo transparência à política. Da mesma forma, órgãos de controle precisam estar rigorosamente alinhados ao Poder Executivo e as agências financiadoras quanto às características e condições de operação dos instrumentos da política, garantindo segurança jurídica para seus executores. A subutilização de recursos de linhas de financiamento e a incerteza quanto à insegurança jurídica quanto à operação de novos instrumentos são problemas decorrentes do atual estado da transparência e segurança jurídica.

PROPOSTAS:

1. Aprimorar o compartilhamento de conceitos e melhores práticas sobre políticas industriais e de inovação entre ministérios, agências de financiamento, bancos de desenvolvimento e órgãos de controle.

O alinhamento rigoroso sobre as características e condições de operação dos instrumentos garante uma implementação sistêmica, coesa e transparente da NIB. Para que esse alinhamento seja efetivo, é necessário criar uma instância de diálogo permanente em que os agentes da política industrial e de inovação possam aprofundar seu relacionamento e mitigar riscos para sua execução.

2. Garantir segurança jurídica para a execução de todos os instrumentos e fontes de recursos de que dispõe a política industrial e de inovação.

Fortalecer a segurança jurídica é fundamental para o sucesso e perenidade da política industrial e de inovação. Identificar pontos de incerteza quanto à execução e avaliação de instrumento da NIB e produzir jurisprudências e acórdãos cabíveis é decisiva para superar a insegurança jurídica.

3. Manter e aprimorar a disponibilização de informações sobre a execução do orçamento da política industrial e de inovação.

A transparência é central para a legitimidade da política e para o acompanhamento contínuo dos resultados. Os avanços trazidos pela NIB com os painéis das agências financiadoras e do MDIC detalhando a execução dos recursos do Plano Mais Produção são um necessário primeiro passo. Outros instrumentos, como as margens de preferência em compras públicas e a depreciação acelerada precisam contar com um detalhamento de sua execução para aprimorar o monitoramento da NIB.

4. Ampliar e tornar mais efetiva a divulgação dos instrumentos e benefícios da política industrial e de inovação.

A divulgação é estratégica para garantir que os recursos e instrumentos da NIB cheguem efetivamente às empresas-alvo, permitindo que elas se preparem para concorrer à recursos e benefícios e adequem suas estratégias às missões da política.

27. FOMENTO A PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O parque industrial brasileiro apresenta um nível de obsolescência considerável, com muitos equipamentos e tecnologias ultrapassados, resultando em um consumo de energia maior do que o necessário. A eficiência energética não é apenas uma questão de economia de custos, mas também de sustentabilidade e competitividade. O Brasil possui programas de eficiência energética, como o PotencializEE e Brasil Mais Produtivo, mas carece de condições competitivas para financiar investimentos em equipamentos, especialmente nas micro, pequenas e médias empresas. É fundamental integrar as políticas, associando linha de financiamento competitiva aos programas de eficiência energética existentes.

PROPOSTA:

1. Disponibilizar linha de financiamento específica para projetos de eficiência energética, com foco na renovação de equipamentos do parque industrial brasileiro (Capex), associados aos programas públicos existentes.

28. INCENTIVAR A DESCARBONIZAÇÃO DE PROCESSOS INDUSTRIAIS ELETRIFICÁVEIS

O Brasil vive um paradoxo energético. Por um lado, o país possui a segunda matriz elétrica mais limpa do mundo, atrás da Noruega. Por outro, o país enfrenta o desperdício dessa energia (*curtailment*) devido a gargalos de infraestrutura no Sistema Interligado Nacional (SIN) e incompatibilidade temporal entre a geração e a carga. Um programa de incentivos à eletrificação de processos industriais pode reduzir a pressão sobre o SIN, e evitar o desperdício de fontes renováveis, que abundam em regiões como o Nordeste. O programa deve incentivar a localização de indústria próximas a fonte, reduzindo a necessidade de investimentos bilionários em transmissão até regiões como o Sudeste, e incentivar o aproveitamento da vantagem em geração renovável do Brasil. O objetivo é utilizar a energia elétrica renovável “marginal” e continuar a expansão de renováveis no Brasil sem tanto estresse no SIN, induzindo a indústria a substituir combustíveis fósseis por eletricidade em processos em que tal conversão é possível.

PROPOSTAS:

1. Instituir modalidade tarifária dinâmica, conforme previsto no novo marco legal do setor elétrico.
2. Incentivar uso de caldeiras elétricas híbridas, fornos de indução ou eletrolisadores em momentos de maior geração renovável.
3. Incentivar modelos inovadores, como “Zonas de Processamento Eletro-Intensivo” (ZPEIs) adjacentes aos maiores parques eólicos e solares do país.
4. Promover incentivos fiscais para localização industrial próxima a fonte de energia.
5. Financiar a hibridização de processos térmicos a juros baixos (TR ou subsídios que reduzam sinteticamente os juros).
6. Incentivar novas cadeias, como a do H2 sustentável, e indústrias derivadas, como a de fertilizantes.

29. MODERNIZAR A LEI DO BEM

A Lei do Bem (lei nº 11.196/2005) é o principal instrumento de política industrial e incentivo à inovação tecnológico. Segundo dados do MCTI, a Lei do Bem movimentou R\$ 51,59 bilhões em investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em 2024, por parte de 4.252 empresas. Estudo da CNI evidenciou o sucesso e a eficiência econômica dessa política pública, de baixo custo tributário: i) empresas usuárias do benefício investem, em média, quatro vezes mais que o valor do incentivo recebido; ii) a arrecadação fiscal induzida pelos benefícios da Lei do Bem superou em três vezes o valor da renúncia, demonstrando o retorno potencial e o impacto positivo para as contas públicas; iii) a cada real de renúncia fiscal, nove reais foram gerados em valor para o PIB industrial; iv) entre 2006 e 2023, foram alavancados R\$ 335 bilhões em investimentos adicionais em PD&I por empresas beneficiadas pela Lei, o que representa cerca de 14% de todo o gasto nacional em inovação no período; v) o programa responde por apenas 1,5% dos gastos tributários federais, com uma relação custo-benefício altamente favorável e sustentável. O PL 4944/2020 promove uma necessária modernização nesse instrumento de incentivo, que tem se mostrado efetivo em diversas avaliações. Esta iniciativa legislativa, que aguarda votação no plenário da Câmara de Deputados, integra a Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria e é estratégica para o desenvolvimento da nova indústria brasileira e o fortalecimento dos investimentos privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

PROPOSTA:

- I. Apoiar a aprovação do PL 4922/2020, que propõe significativos aprimoramentos à Lei do Bem.

30. SIMPLIFICAR E DESBUROCRATIZAR ACESSO A INCENTIVOS COM FOCO NA INDÚSTRIA

O Brasil vive um cenário de “abundância represada”. Nunca houve tamanho volume de recursos públicos para a inovação (FNDCT, FINEP, Embrapii, BNDES, Fundos Constitucionais, dentre outros). No entanto, é latente o diagnóstico de que os recursos não chegam à ponta, ou seja, às empresas, especialmente MPMEs, devido ao desconhecimento sobre a existência de incentivos e a burocracia para acessá-los.

A Jornada Nacional de Inovação, projeto da CNI em parceria com o Sebrae, tem ouvido em todos os estados do país por onde passa que o atual sistema de financiamento está em plena operação, mas que sua complexidade e burocracia excessivas travam oportunidades que deveriam ser destravadas por esses incentivos.

Visando trazer celeridade e maior organicidade às diversas linhas de fomento, propõe-se a criação do programa nacional “Inova Fácil”, que propoe uma reengenharia da jornada do empresário inovador na busca por financiamento. O induz a transição de ma lógica de controle e punição (exigências excessivas de garantias e receio de glosas) para a lógica da confiança e resultado (foco na entrega tecnológica e na simplificação do acesso).

PROPOSTAS:

1. Centralizar a oferta de crédito e subvenção em um “balcão único digital”, nos moldes de um “Poupatempo”, integrando bases de dados (Receita Federal, BNDES, FINEP etc.) e eliminando parte dos papéis e documentos.
2. Fortalecer e desburocratizar Fundos Garantidores, com aceitação de ativos alternativos (como propriedade intelectual) como garantias.
3. Implementar sandboxes regulatórios para testes livres de punição imediata em caso de erros
4. Padronizar formulários de solicitação entre diferentes agências de fomento (BNDES, FINEP, Embrapii), criando protocolos únicos reaproveitáveis em diferentes editais.
5. Instituir “cadastro positivo do inovador”, dispensando empresas com histórico positivo de novas verificações de idoneidade a cada novo pleito.

31. PROMOVER DIVULGAÇÃO TEMPESTIVA DE INCENTIVOS À INDÚSTRIA

Há um vácuo comunicacional entre as agências/bancos de fomento e as empresas potencialmente beneficiárias, principalmente MPMEs. Relatos recorrentes dizem que o último público, focado na operação diária e sem equipes amplas, não acessa informação a respeito de incentivos. Como resultado, há alocação de incentivos à inovação subótima, com concentração de desembolsos em empresas de maior porte, dotadas de estrutura para acessar editais públicos, por exemplo. Para melhorar a fluidez da informação, propõe-se projeto de divulgação ativa de incentivos, aproveitando-se de canais ágeis de comunicação utilizando-se de plataformas tecnológicas como o WhatsApp e semelhantes.

PROPOSTAS:

1. Notificar ativamente as MPMEs via WhatsApp e e-mail (utilizar base de dados gov.br/cnpj) sempre que um edital compatível for aberto.
2. Integrar APIs de bancos públicos aos internet bankings de instituições privadas e cooperativas de crédito, fazendo com que linhas de fomento apareçam como ofertas pré-aprovadas para casos viáveis.
3. Traduzir editais complexos em sumários executivos de uma página, com linguagem empresarial direta (quanto é, para quem, como paga), distribuída por redes sociais e associações/federações/Sebrae.
4. Realizar “mutirões” de fomento e crédito, utilizando a capilaridade de organizações como a Caixa, Correios ou lotéricas.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A melhoria do ambiente de negócios se apresenta como um imperativo estratégico para atração de investimentos, tanto nacionais quanto internacionais. Um ambiente de negócios seguro requer uma ação coordenada que envolva o governo, o poder judiciário e a própria sociedade empresarial para defender práticas de mercado competitivas.

32. PROMOÇÃO COMERCIAL

A competitividade das exportações brasileiras enfrenta entraves estruturais, institucionais e macroeconômicos que comprometem a inserção internacional da indústria nacional. Este capítulo propõe uma agenda estratégica integrada, baseada nos achados da Pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações 2025 e nas diretrizes da Confederação Nacional da Indústria, com foco em financiamento, tributação, logística, facilitação comercial, promoção e acordos internacionais.

PROPOSTAS:

1. Modernizar e diversificar os instrumentos de apoio, com foco em previsibilidade orçamentária, bem como na criação de produtos para exportações sustentáveis e operações de curto prazo, além de ampliar o apoio a gastos locais e externos, alinhando o sistema brasileiro às melhores práticas internacionais.
2. Aprimorar o funding e a segurança jurídica reestruturando o lastro do Seguro de Crédito à Exportação para ter fonte própria e estável, que não dependa do orçamento da União.
3. Criar um programa de capacitação para empresas sobre instrumentos financeiros, com foco em pequenas e médias exportadoras.

33. DESBUROCRATIZAÇÃO E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

A competitividade das exportações brasileiras enfrenta entraves estruturais, institucionais e macroeconômicos que comprometem a inserção internacional da indústria nacional. Este capítulo propõe uma agenda estratégica integrada, baseada nos achados da Pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações 2025 e nas diretrizes da Confederação Nacional da Indústria, com foco em financiamento, tributação, logística, facilitação comercial, promoção e acordos internacionais.

PROPOSTAS:

1. Concluir a implementação do Portal Único de Comércio Exterior, com integração plena dos órgãos anuentes.
2. Fortalecer e ampliar o Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), viabilizando adesão de empresas e órgãos públicos.

34. SIMPLIFICAÇÃO DO USO DOS REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS

A estrutura tributária brasileira impõe custos elevados e complexidade às operações de exportação, especialmente quando envolve serviços importados utilizados na produção. Além disso, os regimes especiais, embora fundamentais para a competitividade, ainda enfrentam barreiras de acesso e burocracia. A ampliação da rede de acordos para evitar a dupla tributação também é estratégica para facilitar a atuação internacional das empresas. Simplificar e tornar mais eficiente o sistema tributário e os regimes especiais é condição básica para reduzir o custo no Brasil e estimular a internacionalização.

PROPOSTAS:

1. Simplificar o uso dos regimes especiais (*Drawback*, *Recof*), com foco em digitalização e redução de custos de conformidade, e alinhar as regras desses regimes ao novo sistema de tributação sobre o consumo estabelecido pela reforma tributária.
2. Expandir a rede de Acordos para Evitar a Dupla Tributação (ADTs), priorizando parceiros estratégicos, como EUA, Alemanha e Reino Unido.

35. MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR

A logística é um dos principais fatores que afetam a competitividade das exportações brasileiras. Os altos custos de transporte, a baixa eficiência dos portos e aeroportos, e a falta de integração entre os agentes logísticos dificultam o acesso aos mercados internacionais. A adoção de sistemas digitais e integrados, como o *Port Community System* e a Janela Única Aquaviária, pode transformar esse cenário. Investir em infraestrutura e coordenação logística é essencial para reduzir custos, aumentar a previsibilidade e melhorar o desempenho exportador.

PROPOSTAS:

1. Implantar a Janela Única Aquaviária, integrando sistemas de controle e fiscalização.
2. Implementar o Sistema Comunitário Portuário (*Port Community System*) para melhorar a coordenação entre agentes logísticos.
3. Reduzir tarifas portuárias e aeroportuárias, com revisão regulatória e estímulo à concorrência.

36. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE COMERCIO EXTERIOR

A ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de comércio exterior dificulta a identificação de gargalos e a formulação de soluções eficazes. A criação de um observatório vinculado à Camex permitirá o acompanhamento sistemático dos indicadores e a definição de metas anuais. A governança baseada em evidências é essencial para garantir a efetividade das ações propostas e a evolução contínua da competitividade brasileira.

PROPOSTAS:

1. Criar um Observatório da Competitividade das Exportações, vinculado à Camex, para monitorar indicadores e avaliar políticas públicas.
2. Estabelecer metas anuais de melhoria nos indicadores de competitividade, com base em dados objetivos.

37. FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE DEFESA COMERCIAL

A ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de comércio exterior dificulta a identificação de gargalos e a formulação de soluções eficazes. A criação de um observatório vinculado à Camex permitirá o acompanhamento sistemático dos indicadores e a definição de metas anuais. A governança baseada em evidências é essencial para garantir a efetividade das ações propostas e a evolução contínua da competitividade brasileira.

PROPOSTAS:

1. Ampliação de acordos comerciais bilaterais e multilaterais – priorizar acordos que eliminem barreiras tarifárias e não tarifárias, ampliando mercados para produtos brasileiros, especialmente nos setores agrícola, industrial e tecnológico.
2. Fortalecimento do Mercosul e integração regional – incentivar a modernização do Mercosul, tornando-o mais ágil e alinhado com as demandas do comércio global, com vistas à competitividade regional e à atração de investimentos.
3. Incentivo ao acordo UE-Mercosul – priorizar a ratificação e implementação do acordo, mitigando entraves políticos e garantindo benefícios para setores estratégicos.

38. PROMOVER A CONCORRÊNCIA JUSTA COM COMBATE AO BRASIL ILEGAL

O mercado ilegal drena de forma crescente recursos da economia, distorce relações concorrenciais, prejudica a estrutura pública, contribui para a insegurança, precariza o mercado de trabalho e o bem-estar da população, comprometendo o futuro do país. Apenas em 2022, o mercado ilegal ocasionou ao Brasil ônus de R\$ 453,5 bilhões. Desse montante, a maior parte refere-se aos prejuízos diretos com os impostos que deixaram de ser arrecadados (R\$ 136 bilhões), afetando diretamente sua capacidade de promover melhorias nos serviços oferecidos à população. Além de prejudicar a arrecadação do governo, o comércio ilegal causa problemas à segurança, à saúde e à privacidade dos indivíduos, comprometendo o bem-estar coletivo.

O poder público, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade precisam unir esforços para garantir a adoção de políticas modernas e de ações eficientes para inibir o comércio ilegal. Ainda nesse contexto, o setor produtivo sofre com o crescimento do crime organizado, que atua como um dos pontos principais do aumento da criminalidade no Brasil.

Assim o enfrentamento ao Brasil ilegal exige ações firmes contra a insegurança pública, que impacta diretamente os modais de transporte e o setor produtivo como um todo. A violência nas estradas, o roubo de cargas e a ausência de fiscalização adequada comprometem não apenas a segurança dos trabalhadores do setor, mas também a eficiência logística e o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, a PEC da Segurança Pública surge como um ponto de partida relevante para o debate sobre medidas de combate ao crime organizado. Ela cria oportunidades para o desenvolvimento de políticas integradas de segurança, o fortalecimento da fiscalização e o investimento em tecnologias de monitoramento, garantindo a proteção das rotas de transporte e o funcionamento pleno da cadeia produtiva nacional. Além disso, maior punição para a venda da carga roubada e a suspensão e perdimento do CNPJ.

PROPOSTAS:

1. Priorizar mercados e usar indicadores – mudar o foco do combate de delitos específicos para os mercados ilícitos que mais geram violência e perdas econômicas. Para isso, é essencial adotar indicadores que meçam o tamanho, a evolução e as externalidades desses mercados, permitindo uma alocação de recursos mais estratégica e eficaz.
2. Desestruturar a cadeia logística – concentrar as ações de fiscalização e inteligência nos pontos mais vulneráveis da cadeia de suprimentos do crime, como o transporte e a distribuição. O objetivo é interceptar mercadorias ilegais em trânsito, seja em rotas transnacionais, regionais ou locais, aumentando o risco e o custo para os operadores.
3. Descapitalizar operadores-chave – focar na asfixia financeira dos operadores ilícitos, especialmente os atacadistas, que financiam e distribuem os produtos. Isso deve ser feito por meio da expansão do perdimento de bens e dinheiro, além de uma regulação fiscal mais rígida para impedir que os lucros do crime sejam reinvestidos.
4. Promover a integração público-privada – criar parcerias estratégicas entre agências de segurança, empresas e especialistas para desenvolver soluções tecnológicas e operacionais conjuntas. A implementação de sistemas integrados de rastreabilidade de produtos, controle de tráfego e gestão de itens apreendidos é fundamental para o sucesso dessa colaboração.
5. Modernizar a legislação – atualizar as leis penais e regulatórias para aumentar significativamente o custo e o risco da atividade criminal. Isso inclui penas mais severas, restrição à progressão de regime e o cancelamento de CNPJs de empresas envolvidas, visando produzir um efeito real de dissuasão e incapacitação das redes criminosas.

39. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Impulsionados por uma combinação de fatores cíclicos e estruturais, os mercados de trabalho tornaram-se extremamente seletivos, à medida que as empresas buscam encontrar trabalhadores adequados para preencher vagas em diferentes níveis de qualificação. A falta de profissionais qualificados no mercado de trabalho é uma realidade no Brasil. Para sanar esse apagão de mão de obra, é necessário alinhar educação às demandas e política de cuidados e investir em treinamento e capacitação de trabalhadores, com foco na transição para uma economia verde e digital. Além disso, é necessário criar mecanismos de estímulo à formação de trabalhadores em profissões estratégicas e/ou especializadas que são carentes de profissionais e encontram óbice no alto investimento para galgar a habilitação específica. Alguns desses custos são taxas de administração pública que poderiam ser isentos para públicos específicos, permitindo, desta forma, a qualificação ou requalificação de mão de obra que não teria oportunidade no mercado de trabalho. Adicionalmente, é necessária a estruturação de uma estratégia de coordenação entre as políticas de educação e de ciência e tecnologia, a fim de fortalecer a formação de crianças e jovens nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas (STEM, no acrônimo em inglês), com o objetivo de formar mais profissionais nessas áreas críticas para o desenvolvimento científico e a inovação.

PROPOSTAS:

É necessário criar mecanismos de estímulo à formação de trabalhadores em profissões estratégicas e/ou especializadas que são carentes de profissionais e encontram óbice no alto investimento para galgar a habilitação específica.

1. Alinhamento da Educação com as Demandas do Setor Produtivo:

- Alinhar a oferta de cursos de Educação Profissional, técnica e superior (tecnologia e engenharia) às reais demandas das empresas, considerando as novas tecnologias e as necessidades locais;
- Fortalecer iniciativas que ajudam a identificar a demanda por perfis profissionais;
- Aumentar o engajamento do setor privado na elaboração de perfis profissionais e currículos de cursos técnicos e superiores;
- Instituir um monitoramento nacional da empregabilidade dos egressos da Educação Profissional e Superior.

2. Ampliação e Fortalecimento da Educação Profissional e Técnica:

- Ampliar a oferta do itinerário de formação técnica e profissional no Ensino Médio, em colaboração com entidades do Sistema S;

- Aumentar o número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de políticas de fomento e financiamento;
- Fomentar cursos de qualificação e requalificação profissional, colaborando com os setores produtivos;
- Aumentar a taxa de efetivação dos aprendizes na indústria, com programas de estímulo à contratação e modernização da Lei de Aprendizagem (CLT).

3. Fomento a Áreas Estratégicas (STEM):

- Criar uma política nacional para promover cursos nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), focando no aumento de matrículas e na redução da evasão;
- Aumentar a participação de mulheres em áreas STEM por meio de programas de mentoria e parcerias com empresas e instituições de ensino.

4. Qualificação de Gestores e Trabalhadores:

- Aprimorar o nível da educação executiva dos gestores industriais;
- Estabelecer programas de requalificação digital e incentivos ao *Lifelong Learning* (aprendizado contínuo) através de cursos, workshops e painéis voltados para *reskilling* e *upskilling*.

40. REALIZAR UMA REFORMA ADMINISTRATIVA

A realização de uma Reforma Administrativa, com ajustes estruturais que reduzam e racionalizem os gastos do setor público, é fundamental para a redução do déficit fiscal e, por consequência, para o crescimento da economia nacional. O foco da reforma deve ser a modernização do Estado. É preciso dar mais transparência e melhorar a qualidade e a eficiência na prestação de serviços públicos demandados pela população.

PROPOSTA:

- I. Aprovar reforma administrativa a partir de debates para aperfeiçoamento da PEC 38/2025.

41. FORTALECIMENTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

As agências não são departamentos da estrutura de Governo, são órgãos de Estado. Assim, não podem estar sujeitas aos objetivos de curto prazo ou ingerências políticas. Para exercerem suas atribuições de forma eficiente, necessitam de independência decisória, autonomia administrativa e financeira, delimitação precisa de suas funções e transparência na atuação. A qualidade das ações regulatórias é um dos fatores determinantes para a realização do investimento privado, que necessita de regras claras, estabilidade e confiança para se concretizarem, sendo primordial se evitar a fragmentação de instâncias decisórias, superposição de competências e o conflito de funções.

PROPOSTAS:

1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

- Autonomia financeira – garantir que a ANEEL tenha fontes de receita próprias, como taxas de licenciamento e fiscalização, para reduzir a dependência do orçamento público;
- Revisão de tarifas – implementar um processo mais transparente e previsível para a revisão de tarifas, permitindo que os investidores tenham clareza sobre os custos e previsibilidade em suas operações;
- Promoção de energias renováveis – criar programas de incentivo para a adoção de tecnologias de energia renovável e eficiência energética, promovendo investimentos sustentáveis.

2. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL):

- Regulamentação clara – estabelecer normas claras para a expansão da infraestrutura de telecomunicações, facilitando o acesso a novas tecnologias e serviços;
- Fomento à concorrência – implementar medidas que promovam a concorrência saudável entre prestadoras, evitando a concentração de mercado e beneficiando os consumidores;
- Investimento em inclusão digital – criar programas que incentivem investimentos em áreas não atendidas, promovendo a inclusão digital e o acesso à informação.

3. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):

- Aceleração de processos de aprovação – simplificar e acelerar os processos de aprovação de novos produtos e tecnologias, especialmente em setores críticos como medicamentos e alimentos;
- Transparência nas decisões – aumentar a transparência nas decisões regulatórias, permitindo que o público compreenda melhor as razões por trás das aprovações e rejeições;
- Colaboração com o setor privado – estabelecer canais de comunicação contínua com o setor privado para entender suas necessidades e desafios, promovendo um ambiente regulatório mais colaborativo.

4. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

- Leilões transparentes – realizar leilões de blocos de exploração de petróleo e gás de forma transparente, garantindo que investidores compreendam os critérios e a lógica por trás das decisões;
- Incentivos a biocombustíveis – criar incentivos regulatórios para a produção e uso de biocombustíveis, estimulando a inovação e a diversificação da matriz energética;
- Fiscalização eficiente – fortalecer a capacidade de fiscalização da ANP para garantir que as práticas de mercado sejam justas e que as normas ambientais sejam seguidas.

5. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT):

- Melhoria da infraestrutura – trabalhar em conjunto com o Ministério da Infraestrutura para identificar e priorizar investimentos em infraestrutura que sejam críticos para o setor industrial;
- Contratos de concessão claros – garantir que os contratos de concessão sejam claros e que as obrigações dos concessionários sejam bem definidas, evitando conflitos futuros;
- Foco na segurança – implementar regulamentos que garantam a segurança e a eficiência no transporte de cargas, essencial para o desenvolvimento industrial.

42. FOMENTO A ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE CARBONO PELAS EMPRESAS

O mapeamento de emissões de gases de efeito estufa (GEE) é condição para uma empresa entender seu impacto ambiental e definir estratégias eficazes de redução de carbono. Com a recente regulamentação do mercado de carbono no Brasil, a elaboração do inventário de emissões tornou-se obrigatória para diversas organizações. O custo para a produção do relatório ainda se mostra elevado para micro e pequenas empresas, que enfrentam restrições orçamentárias. É fundamental apoiar a produção de inventários de emissões na indústria nacional, devindo ao impacto que pode causar na competitividade das cadeias produtivas diante das novas exigências regulatórias e de mercado.

PROPOSTA:

- I. Fomentar a criação de um sistema nacional para a estruturação de inventários nas empresas, com foco naquelas de micro, pequeno e médio porte.

43. PROMOÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA

A segurança jurídica é um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país. Nos países com economias consolidadas, a previsibilidade nas normas jurídicas é essencial para atrair investimentos robustos e de longo prazo. A falta de clareza nas regulamentações fiscais, empresariais e tributárias prejudica a confiança dos investidores. Regras bem definidas não apenas facilitam o investimento, mas também promovem métodos alternativos de resolução de conflitos, como a arbitragem e a mediação, fortalecendo a autonomia das partes envolvidas.

PROPOSTAS:

Para que as instituições cumpram seu papel, é fundamental que atuem com legalidade, moralidade e eficiência. Suas decisões devem ser fundamentadas e transparentes, alinhadas aos princípios constitucionais, garantindo a confiança dos cidadãos nas ações do poder público. É crucial que os efeitos das leis sejam respeitados e não alterados arbitrariamente.

Além disso, normas regulamentares não devem substituir as leis, assegurando que os cidadãos possam exercer suas atividades lícitas com segurança. A previsibilidade também é vital para o planejamento de ações por parte de indivíduos e empresas, reforçando a confiança no sistema jurídico. A segurança jurídica protege direitos individuais e coletivos, sustenta a coesão social e é uma condição indispensável para o fortalecimento do Estado democrático.

1. Reforma legislativa:

- Simplificação da legislação – promover uma reforma que simplifique e unifique a legislação empresarial, reduzindo a complexidade e a ambiguidade nas normas;
- Atualização da legislação – estabelecer um cronograma para revisar e atualizar regularmente as leis, garantindo que estejam alinhadas com as mudanças econômicas e sociais.

2. Melhoria da transparência:

- Publicação de normas – criar um portal de transparência onde todas as normas e regulamentações sejam publicadas e facilmente acessíveis, permitindo que cidadãos e empresas se informem sobre suas obrigações;
- Consultas públicas – implementar consultas públicas antes da criação de novas regulamentações, permitindo que as partes interessadas expressem suas opiniões e contribuam para o processo legislativo.

3. Fortalecimento dos métodos de resolução de conflitos:

- Promoção da arbitragem e mediação – incentivar o uso de métodos alternativos de resolução de conflitos, como a arbitragem e a mediação, por meio de incentivos fiscais e campanhas de sensibilização;
- Capacitação de profissionais – oferecer treinamentos para advogados e juízes sobre práticas de mediação e arbitragem, aumentando a capacidade do sistema jurídico de lidar com disputas de forma eficiente.

4. Estabilidade das regras:

- Proibição de mudanças abruptas – estabelecer princípios que impeçam mudanças abruptas nas normas que afetam diretamente os negócios, garantindo estabilidade e previsibilidade;
- Legislação de transição – criar legislações de transição que permitam um período de adaptação para novas normas, evitando impactos negativos imediatos sobre os negócios.

5. Fortalecimento das instituições:

- Capacitação de agências reguladoras – investir na capacitação e na autonomia das agências reguladoras, garantindo que suas decisões sejam fundamentadas em critérios técnicos e não em pressões externas;
- Fiscalização eficiente – melhorar os mecanismos de fiscalização para garantir que as normas sejam cumpridas e que haja punições adequadas para as violações.

6. Educação e conscientização:

- Programas de educação jurídica – implementar programas de educação jurídica para empresários e cidadãos, esclarecendo direitos e deveres e promovendo uma cultura de conformidade legal;
- Campanhas de conscientização – realizar campanhas para informar sobre a importância da segurança jurídica para o desenvolvimento econômico e social.

7. Apoio à inovação legal:

- Incentivo à criação de *startups* jurídicas – fomentar o surgimento de startups que ofereçam soluções tecnológicas para melhorar o acesso à justiça e à informação jurídica;
- Laboratórios de inovação (*sandbox* jurídico) – criar laboratórios de inovação dentro do sistema jurídico para testar novas práticas e tecnologias que possam melhorar a segurança jurídica.

44. APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO MENOR APRENDIZ

Aprimoramento de políticas públicas da pessoa com deficiência e do menor aprendiz – as políticas públicas de PCD e menor aprendizes são fundamentais para uma sociedade inclusiva e que detém o cidadão como ponto central de sua atuação. A melhor política pública é aquela que possui diretrizes claras de enfrentamento ao problema que busca resolver e propicia meios alternativos para que todos possam cumpri-las, trazendo eficiência econômica e inclusão real. Atualmente, por motivos diversos (como a falta de profissionais qualificados disponíveis no mercado), o Brasil não cumpre a obrigação de preenchimento de vagas de trabalho destinadas a PCDs e a jovens aprendizes, tanto na esfera pública quanto na privada.

PROPOSTAS:

Logo, o estímulo de contratação da pessoa com deficiência e do menor aprendizes devem ser aprimoradas, permitindo que empregadores com dificuldades reais de contratação, por quaisquer motivos, possam contribuir de forma alternativa. Por outro lado, deve estimular que empresas contratem mais que o mínimo legal. Nesse sentido, as melhores práticas internacionais demonstram a eficiência do Cumprimento Alternativo de Cotas por Meio de Créditos ou Comércio de Cotas, projetos de investimentos em capacitações personalizados, pagamento substitutivos para desenvolvimento de programas por meio do Sistema “S” e foco no desenvolvimento de ecossistemas inclusivos.

1. Criação de créditos de inclusão:

- Créditos para cumprimento de cotas – implementar um sistema de créditos que permita às empresas compensarem a não contratação direta de PCDs e menores aprendizes com investimentos em programas de capacitação, acessibilidade ou inclusão social;
- Comércio de cotas – permitir que as empresas possam comercializar créditos de cotas com outras que consigam exceder suas obrigações, incentivando uma rede de colaboração entre empresas.

2. Incentivos fiscais e subsídios:

- Incentivos fiscais – oferecer deduções fiscais para empresas que contratem PCDs e menores aprendizes, além de subsídios para as que investirem em adaptações de ambientes de trabalho e capacitação;
- Financiamento de programas de capacitação – criar linhas de crédito especiais para empresas que desenvolvam programas de capacitação personalizados para PCDs e jovens aprendizes.

3. Apoio à formação de parcerias:

- Parcerias com instituições de ensino – fomentar parcerias entre empresas e instituições de ensino para desenvolver programas de formação e estágios que preparem PCDs e menores aprendizes para o mercado de trabalho;
- Ecossistemas inclusivos – estabelecer redes de colaboração entre empresas, ONGs e governos locais para promover a inclusão e compartilhar boas práticas e experiências.

4. Capacitação de profissionais:

- Formação de profissionais especializados – investir na formação de profissionais de recursos humanos e gestores em temas de inclusão e diversidade, capacitando-os para lidar com as necessidades de PCDs e jovens aprendizes;
- Programas de sensibilização – promover campanhas de sensibilização nas empresas sobre a importância da inclusão de PCDs e jovens aprendizes, destacando os benefícios sociais e econômicos.

5. Flexibilização e alternativas de cumprimento:

- Flexibilidade nas modalidades de contratação – permitir que as empresas cumpram a cota legal através de diferentes modalidades de contratação, como trabalho remoto ou intermitente, adaptando-se às realidades do mercado;
- Programas de inclusão alternativa – criar programas que permitam às empresas desenvolverem projetos sociais ou comunitários que beneficiem PCDs e jovens aprendizes como forma de cumprimento das cotas.

45. CONTINUIDADE DA MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

Com a crescente digitalização e o surgimento de novos modelos de negócios, é necessário atualizar a legislação, por exemplo, para reconhecer novas modalidades de trabalho que não se enquadram no típico modelo de contrato de trabalho celetista, a fim de garantir proteção adequada aos trabalhadores enquanto se mantém a competitividade das empresas. Assim, é necessário dar seguimento ao processo que teve como marco a Modernização Trabalhista de 2017, para consolidar a Reforma e continuar o aperfeiçoamento da legislação, para seguir adequando as normas trabalhistas às novas realidades do mercado de trabalho.

PROPOSTA:

É crucial implementar políticas que incentivem a inclusão de tecnologias no ambiente de trabalho por meio da promoção de qualificação contínua, a fim de facilitar a adaptação às mudanças tecnológicas, bem como seguir o processo de redução de burocracias trabalhistas. Esse movimento inclui fomentar uma cultura de inovação nas empresas para o desenvolvimento de soluções que fortaleçam as relações trabalhistas, assegurando melhoria da produtividade do trabalho.

46. HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Para melhoria do ambiente de negócios, é também fundamental alinhar as normas trabalhistas e previdenciárias. Muitas vezes, essas duas legislações, tratadas como independentes entre si, acabam se contradizendo, o que causa prejuízos e judicialização.

A título de exemplo, há diferenças quanto à forma de caracterização da exposição a agentes nocivos para fins de insalubridade e para fins de concessão de aposentadoria especial.

Também não são uniformes em ambas as legislações os prazos e as hipóteses de caracterização de acidentes, a definição dos limites de responsabilidades de empresas e empregados, e mesmo exigências vinculadas a programas de segurança e saúde no trabalho, laudos, perícias, entre outros.

Esse descompasso entre as legislações causa dúvidas nas empresas e insegurança jurídica, sujeita-as a autuações da esfera trabalhista e da previdenciária, mesmo agindo de boa-fé e buscando cumprir todas as obrigações diligentemente.

PROPOSTAS:**1. Criação de um grupo de trabalho interministerial:**

- Estabelecer um grupo de trabalho que reúna representantes dos ministérios do Trabalho, da Previdência e da Saúde, além de especialistas e representantes de empregadores e trabalhadores, com o objetivo de discutir e propor soluções para as divergências entre as legislações.

2. Elaboração de normas comuns:

- Desenvolver normas que integrem as definições e critérios para caracterização de insalubridade, acidentes de trabalho e aposentadoria especial, garantindo que os mesmos parâmetros sejam aplicados em ambas as esferas;
- Criar guias de orientação que expliquem claramente as regras e obrigações para as empresas, ajudando a esclarecer dúvidas comuns e a evitar autuações indevidas.

3. Simplificação dos processos de *compliance*:

- Estabelecer procedimentos simplificados para a comprovação de cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, reduzindo a burocracia e facilitando a conformidade das empresas;
- Desenvolver plataformas digitais integradas que permitam o registro e a troca de informações entre os órgãos responsáveis pela fiscalização trabalhista e previdenciária, facilitando o acesso a dados e melhorando a comunicação.

4. Monitoramento e avaliação contínua:

- Criar um mecanismo de monitoramento e avaliação da aplicação das normas harmonizadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas com base nas experiências e *feedbacks* das partes envolvidas;
- Produzir relatórios periódicos sobre a eficácia da harmonização, identificando áreas de conflito persistentes e propondo soluções.

5. Fomento à mediação e conciliação:

- Incentivar o uso de mediação e conciliação para resolver disputas relacionadas a questões trabalhistas e previdenciárias, evitando a judicialização e promovendo soluções mais rápidas e efetivas para conflitos.

47. CONTINUAR COM O PROCESSO DE REVISÃO E MODERNIZAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORES (NRS) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)

A adaptação das normas às melhores práticas internacionais e à realidade das empresas gera maior clareza na definição de responsabilidades, reduz incertezas e elimina custos excessivos decorrentes de exigências desproporcionais ou meramente burocráticas. Esse aperfeiçoamento é indispensável para garantir a proteção dos trabalhadores sem comprometer a competitividade empresarial, e para assegurar que a regulamentação seja um instrumento de prevenção eficaz, não um entrave à atividade produtiva.

PROPOSTA:

A continuidade do processo de revisão e modernização das Normas Regulamentadoras (NRs) de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) é necessária para que se avance na construção de um ambiente regulatório mais eficiente, equilibrado e alinhado às dinâmicas do setor produtivo. Para que esse avanço se concretize, é necessário seguir no aprimoramento das NRs, com monitoramento contínuo e simplificação de obrigações. A evolução das normas deve consolidar um modelo regulatório que equilibre a necessária proteção ao trabalhador com a previsibilidade e a segurança jurídica exigidas pelo setor produtivo, estimulando investimentos e inovação.

48. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A priorização da infraestrutura como eixo central da agenda de desenvolvimento do Brasil é uma necessidade inadiável para garantir o crescimento econômico, a competitividade no cenário global e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dados atualizados de diversos setores revelam gargalos críticos que, se não endereçados com urgência, continuarão a limitar o potencial do país.

A universalização do saneamento básico é um dos desafios mais urgentes. Em 2022, apenas 62,5% da população brasileira tinha acesso à rede de coleta de esgoto. Isso significa que milhões de brasileiros ainda vivem sem condições sanitárias adequadas, com 24,3% da população dependendo de soluções precárias como fossas rudimentares ou buracos.

A ausência de saneamento adequado não apenas perpetua a desigualdade social, mas também onera o sistema de saúde com doenças de veiculação hídrica e degrada o meio ambiente.

A infraestrutura de transportes é vital para um país de dimensões continentais como o Brasil.

No entanto, a qualidade das rodovias, principal modal de transporte de cargas, é um grande entrave. Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), 67,5% da malha viária avaliada apresenta problemas estruturais.

Essa precariedade resulta em maiores custos de manutenção dos veículos, aumento do consumo de combustível e tempos de viagem mais longos, o que encarece os produtos e reduz a competitividade da economia brasileira.

O setor aeroportuário, apesar dos avanços, ainda sofre com infraestrutura deficiente em muitos terminais, resultando em congestionamentos e uma experiência de baixa qualidade para os passageiros.

A modernização e a ampliação da capacidade, especialmente em aeroportos regionais, são cruciais para a integração nacional e para o fomento do turismo.

No setor portuário, por onde passa a maior parte do comércio exterior brasileiro, a burocracia excessiva e a falta de mão de obra qualificada são desafios que prejudicam a eficiência.

A modernização dos portos é essencial para reduzir os custos de exportação e importação, tornando o Brasil um parceiro comercial mais competitivo.

Em suma, colocar a infraestrutura como prioridade na agenda do país não é apenas uma questão de modernização, mas uma estratégia fundamental para destravar o desenvolvimento sustentável, gerar empregos, reduzir as desigualdades regionais e inserir o Brasil de forma mais competitiva na economia global.

PROPOSTAS:

1. Investimento em infraestrutura multimodal – priorizar investimentos públicos e atrair a iniciativa privada para investir em obras em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, otimizando a logística e reduzindo custos para o setor produtivo.
2. Parcerias Público-Privadas (PPPs) – ampliar o uso de PPPs em projetos estratégicos, com segurança jurídica e marcos regulatórios claros, garantindo atratividade à iniciativa privada.

49. RELAÇÕES INTERNACIONAIS – INSERÇÃO COMPETITIVA E DIPLOMACIA ECONÔMICA

As relações internacionais e a diplomacia econômica são fundamentais para a inserção competitiva do Brasil no cenário global, especialmente em um contexto geopolítico em constante transformação. Através da construção de parcerias estratégicas e acordos comerciais, o Brasil pode acessar novos mercados, diversificar suas exportações e atrair investimentos estrangeiros, essenciais para o desenvolvimento econômico. Além disso, a diplomacia econômica permite que o país promova suas vantagens comparativas, como a riqueza em recursos naturais e a produção agrícola, fortalecendo sua posição no comércio internacional. A competitividade brasileira, portanto, não depende apenas das políticas internas, mas também da capacidade do país de se integrar eficazmente nas cadeias globais de valor, promovendo a inovação e o crescimento sustentável. Em um mundo interconectado, a atuação proativa nas relações internacionais é crucial para garantir um futuro econômico próspero e sustentável.

PROPOSTAS:

1. Ampliação de acordos comerciais bilaterais e multilaterais – priorizar acordos que eliminem barreiras tarifárias e não tarifárias, ampliando mercados para produtos brasileiros, especialmente nos setores agrícola, industrial e tecnológico.

2. Fortalecimento do Mercosul e integração regional – incentivar a modernização do Mercosul, tornando-o mais ágil e alinhado com as demandas do comércio global, com vistas à competitividade regional e à atração de investimentos.
3. Adesão a cadeias globais de valor – criar políticas para inserir empresas brasileiras em cadeias globais, promovendo integração com parceiros internacionais e melhorando o acesso a tecnologias avançadas.
4. Incentivo ao acordo UE-Mercosul – priorizar a ratificação e implementação do acordo, mitigando entraves políticos e garantindo benefícios para setores estratégicos.
5. Parcerias tecnológicas – promover acordos de transferência de tecnologia e inovação com potências globais, especialmente em áreas como mobilidade sustentável, energias renováveis e inteligência artificial.
6. Reforma do sistema de tarifas externas – negociar ajustes tarifários que incentivem importação de insumos estratégicos e exportação de produtos de alto valor agregado.
7. Diplomacia climática e ESG – posicionar o Brasil como líder em sustentabilidade, captando recursos internacionais para a preservação ambiental e projetos de energia limpa.

50. REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A aprovação da Emenda Constitucional da Reforma Tributária foi um marco histórico, uma promessa de destravar a economia brasileira de um dos sistemas de impostos mais complexos e disfuncionais do mundo. Contudo, a aprovação no papel é apenas o primeiro passo. Sem a imediata e criteriosa regulamentação, tanto por leis complementares quanto por atos infralegais, corremos o risco de transformar essa oportunidade histórica em um monumento à incerteza, paralisando o progresso e a competitividade do país.

A priorização dessa regulamentação não é uma questão de formalidade burocrática, mas sim o fator crítico que definirá o sucesso ou o fracasso da transição para um novo modelo econômico.

PROPOSTA:

1. Publicar a regulamentação infralegal da LC 214/2024.
2. Desenvolver e divulgar os sistemas de apuração e de pagamento (*Split Payment*) do IBS/CBS.
3. Apresentar e aprovar os projetos de lei ordinária que regulamentem o Imposto Seletivo e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Jefferson de Oliveira Gomes
Diretor

Mário Sérgio Carraro Telles
Diretor-Adjunto

Diretoria de Relações Institucionais

Roberto de Oliveira Muniz
Diretor

Diretoria Jurídica

Alexandre Vitorino Silva
Diretor

Diretoria Corporativa

Cid Carvalho Vianna
Diretor

Diretoria de Comunicação

André Nascimento Curvello
Diretor

Diretoria Geral do SENAI-DN

Leone Andrade
Diretor

Superintendência Geral do SESI-DN

Paulo Mol
Superintendente

Superintendência de Compliance e Integridade

Danusa Amorim
Superintendente

Superintendência de Relações Internacionais

Frederico Lamego
Superintendente

Superintendência do IEL/NC

Sarah Saldanha
Superintendente

ELABORAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Jefferson de Oliveira Gomes

Diretor

Mário Sérgio Carraro Telles

Diretor-Adjunto

Superintendência de Economia

Márcio Guerra Amorim

Superintendente

Superintendência de Política Industrial

Fabício Silveira

Superintendente

Superintendência de Projetos de Inovação

Carlos Alberto Bork

Superintendente

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Roberto de Oliveira Muniz

Diretor

Superintendência de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Davi Bomtempo

Superintendente

Superintendência de Infraestrutura

Wagner Cardoso

Superintendente

Superintendência de Relações do Trabalho

Sylvia Lorena

Superintendente

Superintendência de Relacionamento com o Poder Executivo

Havila da Nóbrega

Superintendente

Superintendência de Assuntos Legislativos

Marcos Borges

Superintendente

Superintendência de Relações Internacionais

Frederico Lamego

Superintendente

